



Índice

- 01** BNDES libera R\$ 2,9 milhões para projeto em terras indígenas no Amazonas
- 02** Envolvido na morte do índio Galdino participa do primeiro dia do curso de formação da Polícia Civil
- 03** Uma ponte para o abismo entre o Brasil e seus indígenas
- 04** Início das obras da quarta faixa em trecho da BR-101 esbarra na Casa Civil
- 05** Dupla Xavante lança o CD Tsidupo nesta quinta na Casa do Parque
- 06** Exposição traz obras de artistas quilombolas
- 07** Liderança terena é baleada na perna depois de sofrer terceiro atentado em menos de um ano
- 08** Reforma agrária não caminhou como governo esperava, diz Gilberto Carvalho
- 09** Apresentada primeira etapa do projeto MAPEO
- 10** A criminalização explícita das lideranças Kaingang no RS
- 11** Encontro marca início de projeto de produção e manejo sustentável no Xingu e Araguaia
- 12** Posição da Hutukara Associação Yanomami (HAY) sobre a Mineração em Terras Indígenas
- 13** Novo marco da mineração: quebra de decoro e financiamento de campanha.



Entrevista especial com Raul do Valle

- 14** Juíza Federal dá prazo de 30 dias para que União restabeleça atendimento médico ao povos indígenas em Humaitá
- 15** Anuladas ordens de reintegração de posse em área ocupada por indígenas em MS. Viva!
- 16** Organizações ambientalistas promovem Dia Internacional Anti-Chevron
- 17** O Brasil corre o risco de perder metade do seu território em julho de 2014, e 190 milhões de brasileiros poderão ser despejados
- 18** Após mortes e prisões, MPF pede à Justiça demarcações indígenas no RS
- 19** Câmara debate o tema "Indígenas no Século 21"
- 20** Viva à luta dos povos indígenas! Viva à memória de Chicão Xukuru!
- 21** Esperança para o Ensino indígena
- 22** MPF/MT denuncia 27 por desmatamento em terra indígena e cobra R\$ 42 mi para reflorestamento
- 23** Indígenas e agricultores não chegam a acordo sobre transferência para Bandeirante
- 24** Teia da Diversidade começa com 5º Fórum Nacional dos Pontos de Cultura
- 25** MPF pede que reserva indígena seja demarcada sem retirada de agricultores
- 26** PM prende homem que vendia bebida alcoólica para indígenas em Nova Laranjeiras
- 27** Indígenas prometem parar BR 470.
- 28** Posição da Hutukara Associação Yanomami (HAY) sobre a Mineração em Terras



Boletim de Notícias - Edição nº 87/ 2014

Brasília, 20 de maio de 2014.

Indígenas

- 29** MPF pede pagamento de R\$ 42 mi para reflorestar território indígena
- 30** Líder indígena baleado no MS está sob proteção federal desde 2013



BNDES libera R\$ 2,9 milhões para projeto em terras indígenas no Amazonas
SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 20.05.2014

Projeto de Gestão Ambiental Sustentável das Terras Indígenas deve beneficiar aproximadamente 35 mil indígenas

MANAUS – A primeira parcela – de um total de R\$ 16,4 milhões – para execução do Projeto de Gestão Ambiental Sustentável das Terras Indígenas do Amazonas será liberada nesta terça-feira (20). O valor é proveniente do Fundo Amazônia e deverá ser usado para ações voltadas ao controle, monitoramento e fiscalização ambiental; zoneamento ecológico e econômico; conservação e uso sustentável da biodiversidade, entre outros. O montante será liberado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A parcela é de R\$ 2,9 milhões (2.950.478,67) e irá atender a três importantes componentes, dos sete previstos no projeto. Os dois primeiros estão relacionados à Elaboração do Plano de Gestão Ambiental da Terra Indígena Tenharín do Marmelo, em Humaitá, e da Terra Indígena Camicuã, em Boca do Acre (a 1.038 quilômetros de Manaus). Em ambos está prevista a contratação de consultoria especializada (pessoa jurídica) para elaboração do plano de gestão, cujas atividades irão contribuir para a conservação de recursos naturais, redução de desmatamento e de problemas como grilagem, exploração ilegal de madeira, garimpagem, entre outros.

O terceiro componente prevê a capacitação de indígenas e servidores da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind), com a realização de cursos em diversas áreas, entre os quais o de Ferramentas de Gestão Pública (servidores da Seind) e o de Melhoria da Qualidade do Artesanato Indígena. A primeira oficina nesse sentido ocorre nos próximos dias 21 e 22 (quarta e quinta-feira) em Manaus.

O objetivo é beneficiar aproximadamente 35 mil indígenas (de forma direta e indiretamente), de 15 municípios (distribuídos em cinco regiões e 28 terras indígenas), na geração de trabalho, renda e inclusão social. Os municípios que fazem parte da região de abrangência do projeto são Alvarães, Jutai, Maraã e Tefé, localizados no triângulo dos rios Jutai, Juruá e Solimões; Humaitá e Manicoré, no alto do rio Madeira; Maués e Nhamundá, no baixo Amazonas; Boca do Acre e Pauini, no médio Purus; Autazes (rios Negro e Solimões), Atalaia do Norte (Vale do Javari), Lábrea (Purus), Borba (baixo Madeira) e Rio Preto da Eva (Região Metropolitana de Manaus).

As ações serão realizadas pela Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind) e parceiros, por meio do Comitê Gestor de Atuação Integrada entre o Governo do Amazonas e a Fundação Nacional do Índio (Funai).



Envolvido na morte do índio Galdino participa do primeiro dia do curso de formação da Polícia Civil

SÍTIO R7, 20.05.2014

Gutemberg Junior conseguiu liminar na justiça para permanecer no processo seletivo

Um dos envolvidos na morte do índio Galdino, em 1997, Gutemberg Nader Almeida Junior, de 34 anos, participou, no último domingo (18), da primeira aula do curso de formação de novos profissionais da PCDF (Polícia Civil do Distrito Federal). Apesar de ter sido reprovado na análise de vida pregressa, uma das etapas do processo seletivo que teve início em 2013, o jovem conseguiu liminar na justiça que garantiu sua continuação no curso de formação.

O GDF (Governo do Distrito Federal) disse que vai recorrer da decisão da justiça.

— Tanto o caso do Gutemberg e outro caso que não passou na avaliação da academia de polícia, o GDF tomará todas as providências jurídicas e administrativas no sentido de que esse concurso não tenha nenhum questionamento judicial, afirmou o secretário de Administração Pública do DF, Wilmar Lacerda.

Gutemberg é um dos cinco jovens envolvidos no crime que chocou o DF na década de 90. O índio Galdino dormia em uma parada na Asa Sul, região central de Brasília (DF), quando os jovens atearam fogo em seu corpo. Na época, Gutemberg Junior tinha apenas 17 anos e cumpriu três meses de medida socioeducativa.

A possibilidade de admissão de Gutemberg Junior divide especialistas. Já o advogado do jovem, Ibaneis Rocha, que é presidente da OAB-DF (Ordem dos Advogados do Brasil no DF), disse que a continuação do cliente nas etapas do concurso é legítima porque não há no Brasil penas de caráter perpétuo.



Uma ponte para o abismo entre o Brasil e seus indígenas

SÍTIO CARTA CAPITAL, 19.05.2014

Livros e CDs de histórias dos povos Karajá e Xavante são lançados em SP e no RJ. "Era hora do Brasil enxergar essa literatura", diz coordenadora. Por Felipe Milanez

Serão lançados nesta segunda-feira 19, em São Paulo, e na quarta-feira 21, no Rio de Janeiro, os dois livros que compõem o projeto Histórias da Tradição. Os livros são Ynyxiwè, que trouxe o sol e outras histórias do povo Karajá (80 páginas) e Aihö'ubuni wasu'u – o Lobo Guará e outras histórias do povo Xavante (96 páginas). Ambos possuem encarte de pôster colorido e CD. Realizado em parceria com lideranças dos povos Xavante e Karajás, o projeto, coordenado pela jornalista Ângela Pappiani, diretora da produtora Ikorê, apresenta mitos contados, em formas literárias, pelos indígenas. São belíssimas histórias que enriquecem a literatura nacional. Histórias dos contatos interétnicos, das resistências, e outras do perspectivismo indígena, nos quais animais interagem como humanos – como a história Xavante do urubu-rei que organiza um salvamento de um índio xavante.

Em um momento especialmente delicado na relação do governo brasileiro com os povos indígenas, com ataques no Congresso Nacional a direitos adquiridos, assassinatos (foram 15, ano passado, por conflito de terra), prisões arbitrárias (dezenas nesse ano, principalmente de lideranças Tenharim, Kaingang e Tupinambá), racismos (um deputado ganhou o prêmio internacional de racista do ano), e diversas outras formas de desrespeito e violência, as duas obras são uma grande contribuição da criatividade indígena para um país cada vez mais mergulhado numa ideologia exploradora e destrutiva.

Em São Paulo, o lançamento ocorre hoje, 19 de maio, às 18h30, na Livraria da Vila da rua Fradique Coutinho, na Vila Madalena. No Rio de Janeiro, o lançamento será no dia 21 de maio, às 19h, na Livraria da Travessa de Botafogo. Lideranças Xavante, como Paulo Supetraprã, e Karajá, como Daniel Koxini, estarão presente.

Os livros serão distribuídos para escolas indígenas das etnias Xavante e Karajá, bibliotecas públicas e Secretarias de Educação de Palmas e Cuiabá, Canarana e São Felix do Araguaia. Como autores, os índios são detentores dos direitos autorais das obras e, por isso, seu recolhimento será automaticamente destinado às comunidades.

Abaixo, entrevista com Ângela Pappiani, coordenadora do projeto.

Felipe Milanez Como surgiu a ideia do livro?

Ângela Pappiani O que nos motivou a elaborar e realizar o projeto Histórias da Tradição é a consciência do grande abismo que separa o Brasil dos povos originários deste país. O total desconhecimento e desrespeito pelas culturas tradicionais nos leva ao desencontro, a um

CONT.



afastamento cada vez maior desses povos que são contemporâneos do Brasil. A consequência desse desencontro são os conflitos e a violência. Do outro lado do abismo, os povos indígenas teimam em sobreviver e manter suas culturas mesmo enfrentando o avanço cada vez mais truculento sobre seus territórios e saberes. As cidades e fazendas invadem as áreas indígenas, a televisão, as missões religiosas e a escola chegam dentro das aldeias difundindo valores, conceitos e necessidades que nada têm a ver com o modo tradicional de vida, impondo modelos que afastam os mais jovens do conhecimento tradicional, de sua identidade. Felizmente, em muitas aldeias, lideranças conscientes enxergam essas armadilhas e buscam ferramentas para fortalecer a cultura e encontrar caminhos de convivência com os novos tempos.

O povo Xavante da Terra Indígena Pimentel Barbosa tem estratégias de relação com a sociedade nacional desde os primeiros contatos, no final da década de 40. Foram muitos os trabalhos realizados por esse povo para se relacionarem com os warazu (os estrangeiros) mantendo seu território e cultura. Somos parceiros desde a década de 1980 em muitas realizações de fortalecimento cultural e aproximação com a sociedade brasileira, como por exemplo o livro Wamrémê Za'ra - Nossa palavra/ Mito e história do povo Xavante (Ed. Senac/98), o CD Etenhiritipá - cantos da tradição Xavante, os documentários A'uwê Uptabi - o povo verdadeiro e Estratégia Xavante, o projeto Rito de Passagem, a parceria com a banda Sepultura (Roots), com o músico Ramiro Musotto. Nesses trabalhos, o objetivo era criar a ponte com o Brasil ao mesmo tempo em que valorizavam sua identidade e fortaleciam sua cultura internamente.

Com o projeto Histórias da Tradição estamos retomando esse caminho, envolvendo a nova geração num trabalho de valorização das histórias tradicionais, protegidas na memória dos mais velhos. Porque é nessa memória, nesse mundo fantástico das narrativas, onde os tempos e os espaços se misturam, que resiste a possibilidade de permanecerem como o "povo verdadeiro". Com o povo Karajá a trajetória também tem mais de uma década. Fizemos um trabalho de registro e valorização dos cantos e das cerimônias tradicionais editados no CD Iny - cantos da tradição Karajá e apresentados dentro do projeto Rito de Passagem. Mas o povo Karajá hoje enfrenta um grande desafio que é a entrada cada vez mais violenta das drogas dentro das comunidades, com o aumento do suicídio entre os jovens.

Acreditamos que ações de valorização dos conhecimentos e tradições, principalmente das narrativas ancestrais que trazem para o presente o tempo da criação, que envolvam as várias gerações dentro das aldeias, e seu registro e divulgação para um público mais amplo, possam fortalecer as comunidades, revelando a riqueza e singularidade dessas culturas para dentro e para fora das aldeias. Como diz um velho sábio do povo Xavante: "Ninguém respeita aquilo que não conhece". Os povos indígenas precisam de canais de comunicação com o povo brasileiro, precisam de espaços onde possam revelar seus conhecimentos, a beleza e força de suas culturas. A diversidade é nossa maior riqueza e deveria ser um bem assumido pelo Brasil, protegido e valorizado dentro e fora de nossas fronteiras. Infelizmente o Brasil tem vergonha de suas origens "tupiniquins". Toda referência ao povo indígena é sempre com termos pejorativos e discriminatórios. Temos um longo caminho pela frente e muito trabalho a ser realizado para que as mais de 250 etnias que convivem com o Brasil contemporâneo possam se mostrar em sua diversidade e riqueza.

CONT.



As histórias coletadas e registradas pelo projeto Histórias da Tradição são uma pequena contribuição para a compreensão desse Brasil pluriétnico.

FM: Como foi o processo de escrita dos mitos?

AP: O tempo de realização do projeto foi muito curto. Somente com os muitos anos de relação e amizade com esses povos e com os trabalhos realizados anteriormente foi possível o mergulho nessas culturas que possibilitou a compreensão das narrativas e a sua transposição para o idioma português. Como a intenção principal do projeto é a valorização das narrativas e do papel dos velhos, a formação de um acervo em áudio e vídeo era o nosso foco. E também a projeção futura desse trabalho, para que ele não se encerre agora, com o final do projeto patrocinado pela Petrobras. Assim, o primeiro passo do processo envolveu a capacitação de equipes de jovens e professores das duas aldeias para a documentação das narrativas tradicionais em áudio, o trabalho cuidadoso com a tradução e a garantia da participação dos anciãos – os narradores tradicionais detentores do conhecimento compartilhando as histórias.

Professores e alunos das escolas indígenas também se envolveram no trabalho de ilustração das histórias. Mais de 60 pessoas indígenas estiveram envolvidas diretamente em todas as etapas do processo. As comunidades apontaram os melhores narradores, eles próprios escolheram as histórias que queriam contar. Na aldeia Xavante a maioria das narrativas foi gravada à noite com presença das mulheres mais velhas e até dos meninos reclusos no Hö.

Foram mais de 50 histórias registradas em áudio, cerca de 15 Xavante e 35 Karajá. As comunidades escolheram as mais representativas, as que melhor revelam os fundamentos dessas tradições. As seis histórias escolhidas pelo povo Xavante e seis pelo povo Karajá foram então traduzidas com todo o cuidado para que as versões em português preservassem o estilo do narrador, o ritmo e a essência das histórias. Foram dias de trabalho com os coordenadores do projeto Daniel Coxini e Paulo Supretaprá acompanhados dos professores e outros tradutores. Nos Xavante o trabalho ficou concentrado entre o Paulo e o Vinícius. Nos Karajá tivemos 4 tradutores.

O trabalho realizado nas aldeias, acompanhando palavra a palavra, a partir das gravações do velhos, foi o mais produtivo e criativo. Os tradutores perceberam a dificuldade e a profundidade do seu trabalho.

Depois, em São Paulo, a partir dos textos brutos traduzidos, eu trabalhei o texto final, procurando preservar o estilo dos narradores, o clima da história, o contexto cultural. Foram várias versões de cada texto até chegarmos ao final, todos apresentados às comunidades e discutidos até chegarmos a um consenso. Foi desafiador! Uma verdadeira gestação das histórias até que estivessem prontas para o nascimento. E também muitos sonhos! Os ancestrais estiveram presentes!

No site do projeto tem uma página Diário da Aldeia, com fotos e comentários sobre o processo.

FM: A FLIP esse ano vai ter duas mesas com tema relacionados a literatura e povos indígenas. Como analisa esse interesse atual pela literatura indígena?

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 87/ 2014

Brasília, 20 de maio de 2014.

AP: Já era hora do Brasil enxergar que existe uma literatura riquíssima, mesmo que ainda esteja, em sua maior parte, no domínio da oralidade, dentro de cada comunidade indígena, com toda riqueza e diversidade dessas centenas de culturas.

Tenho acompanhado essa abertura do mercado para a literatura indígena e acredito que ainda há um longo caminho pela frente. O interesse comercial imediatista das editoras tem focado em "historinhas para crianças", muitas vezes editadas sem cuidado e profundidade. Vejo poucas iniciativas como a do projeto Histórias da Tradição ou a do Bruce Albert trazendo o pensamento do povo Yanomami com toda sua força e beleza para o conhecimento de um grande público. Esse trabalho envolve envolvimento pessoal, paixão e muito tempo...Vai na contramão do mercado.

Felizmente tivemos o apoio do patrocínio da Petrobras que garantiu as viagens e o acompanhamento direto das comunidades. Queremos dar continuidade ao projeto trazendo a literatura de outros povos com quem trabalhamos há muito tempo como os Kaxinawá, Krenak, Tukano... e publicando mais livros com as narrativas dos Karajá e Xavante já coletadas. Espero que a visibilidade que a FLIP promove, contribua para essa discussão sobre a literatura dos povos originários de nosso país.



Início das obras da quarta faixa em trecho da BR-101 esbarra na Casa Civil
SÍTIO JORNAL FLORIPA, 19.05.2014

Governo federal interferiu no caso no fim de março, depois de o Ministério da Justiça solicitar apoio para intermediar o acordo entre DNIT e Funai

Em 14 de maio, dois dias após a Funai recuar do acordo que permitiria o início das obras de uma quarta faixa entre os quilômetros 232 e 235 da BR-101, no trecho do Morro dos Cavalos, representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) enviaram comunicado à Casa Civil: o trabalho começaria imediatamente, mesmo sem consenso. Só não seguiram em frente porque foram orientados pelo ministério a esperar o resultado de mais uma reunião — agendada para a próxima sexta-feira.

A Casa Civil interferiu no caso no fim de março, depois de o Ministério da Justiça solicitar apoio para intermediar o acordo entre as partes. Surgiu então um cronograma com uma lista de etapas que o DNIT teria que cumprir para que a Funai concordasse com as obras. E teria sido este o motivo que fez fracassar a última tentativa de negociação.

A principal exigência havia sido cumprida: o projeto foi apresentado à comunidade indígena, readequado conforme as solicitações e reenviado para aprovação. Mas a Funai argumentou que ainda existiam duas pendências: o plano de obras e um programa de educação do trabalhador. Ambos foram entregues na semana passada.

"Em 15/05/2014, o DNIT entregou o último documento faltante, encerrando com isso as entregas acordadas no cronograma inicial. Os documentos encontram-se em análise na Funai e pretende-se que a reunião de 23/05/2014 entre o DNIT, Funai e os indígenas seja decisiva para a concessão da licença de instalação e para o consequente início das obras", consta em documento assinado pelo subchefe de articulação e monitoramento da Casa Civil, Luís Antonio Padilha.

Começo dos trabalhos já tem aval da Justiça

As discussões sobre a faixa extra no trecho de Morro dos Cavalos se arrastam há mais de sete meses, desde que a proposta foi lançada pelo DNIT. E só no último mês foram três visitas à aldeia onde vivem cerca de 200 índios guaranis. Há autorização da Justiça para iniciar as obras, mas o DNIT aguardava um acordo com a Funai para não correr o risco de uma nova decisão judicial interromper os trabalhos durante o serviço.

Na sexta-feira passada o deputado federal Esperidião Amin (PP) enviou documento à Casa Civil e aos ministérios do Transporte e da Justiça alertando sobre o desenrolar das tratativas. Segundo ele, a Funai estaria usando o caso para pressionar o governo a homologar a terra

CONT.



indígena Morro dos Cavalos (o processo de demarcação tem o reconhecimento do Ministério da Justiça, mas ainda depende da assinatura da presidência da República para ser concluído).

— Enquanto (a terra) não for homologada, o objetivo é e será o de postergar a obra — acredita o deputado, que aposta em novas exigências feitas pela Funai na reunião da próxima sexta-feira.

A quarta faixa, no trecho do Morro dos Cavalos, tem como proposta dar vazão ao trânsito - que é um dos piores pontos de congestionamento da rodovia — até a construção dos túneis que fazem parte do projeto de duplicação da BR-101 Sul. A medida do alargamento da pista é paliativa, segundo o DNIT. Depois de iniciadas, as obras devem levar seis meses até a conclusão.

Entenda o caso

Após sete meses de tratativas entre DNIT, Funai e MPF, a construção da quarta pista na BR-101 segue sem definição e será tema de uma nova reunião na próxima sexta-feira:

— A proposta da quarta faixa foi lançada pelo DNIT há sete meses como medida paliativa à obra dos túneis. Como o trecho de obras atravessa uma reserva indígena, o MPF interferiu no caso.

— Em janeiro o DNIT uniu os projetos e em fevereiro teve autorização da Justiça para iniciar as obras.

— A ordem de serviço foi emitida em 10 de março com orientação para que a empresa só iniciasse o trabalho após aval da Funai e do MPF.

— Na semana passada, acreditava-se que haveria acordo com o MPF porque as exigências foram cumpridas. O DNIT se reuniu três vezes com a Funai e as lideranças indígenas e a negociação terminou com um acordo que seria oficializado no dia 12 de maio. A audiência na Justiça Federal, no entanto, não teve consenso e mais uma vez o início das obras foi adiado.



Dupla Xavante lança o CD Tsidupo nesta quinta na Casa do Parque

SÍTIO CIRCUITO MT, 19.05.2014

Heitor Villa-Lobos incorporou ao seu repertório musical o som das aldeias. Miguelio Hãwi e Paulo Rãirité fazem o percurso inverso: levam o som da cidade para a aldeia. De forma brilhante, tal qual o maestro e compositor carioca, a dupla formada por índios da etnia Xavante, autodenominada A'uwé, da aldeia Santa Clara, terra indígena Parabubure, em Campinópolis (MT), lança o CD Tsidupo às 19 horas desta quinta-feira (22) na Casa do Parque, em Cuiabá. A entrada é gratuita.

O local estará totalmente ambientado para a apresentação da dupla Xavante, o que inclui, além de artesanato e indumentárias indígenas, fotos produzidas e cedidas por Antônio Carlos Banavita. Vai ser uma verdadeira viagem ao rico e exótico universo musical indígena, que começa a sair do anonimato para surpreender e encantar os apaixonados pela diversidade cultural e que moram na cidade.

A idealizadora da Casa do Parque e produtora de Tsidupo, Flávia Salem, confessa seu encantamento pelo material e o prazer de lançar a dupla no espaço cultura mais eclético de Cuiabá. "A Casa do Parque se transformará num mágico espaço Xavante por uma noite... Tenho certeza que a plateia se sentirá privilegiada em assistir a apresentação ao vivo de Miguelio e Paulo como eu me senti ao transformar as lindas canções que conheci através da Anna Ribeiro e do Xisto neste cd que será lançado. É uma oportunidade ímpar conhecer a meiguice que existe ao lado do instinto guerreiro dos Xavantes. Estou muito feliz em participar deste projeto", observa.

Foto: BanavitaTão satisfeito está o produtor rural José Pupin, patrocinador oficial do CD. "Investir num trabalho tão delicado e inédito como este é ter a consciência da importância da imortalização da nossa cultura, de nossas raízes. O grupo Pupin sempre cumpriu com sua parcela de responsabilidade social por meio do Instituto Antônio Pupin e contribuir com os irmãos indígenas só vem a enriquecer nossa história", afirma José Pupin.

A historiadora Anna Maria Ribeiro Costa relata que o universo da música indígena Xavante, ainda tão pouco explorado pelos não indígenas, se faz presente na composição dos primos da dupla Tsidupo, que intercalam às suas vozes instrumentos musicais tradicionais – flauta e chocalho – e o violão.

Em 2008, ano de nascimento da dupla, Miguelio iniciou seus estudos musicais em Rondonópolis, momento em que reconheceu sua paixão pelo violão, adquirido em Barra do Garças com recursos próprios. É Miguelio quem declara: "amei o violão". O sopro e a percussão produzidos por Paulo Rãirité unem-se à vibração das cordas do violão de Miguelio Hãwi e suas vozes nos conduzem a uma atmosfera de encantamento.

O tsidupo, instrumento musical de sopro formado por dois tubos que se unem por um cordel de

CONT.



algodão, detalha Anna Maria Ribeiro da Costa, traz na sequência ligeira das notas musicais a lembrança do canto do inhambu. Sua melodia encanta as máscaras usadas no ritual de preparação masculina, nas sessões de cura, na confecção de flechas e também nas expedições de caça e coleta nos locais onde há taquaras em abundância, matéria-prima destinada à sua confecção.

O dzo, instrumento musical de percussão, é considerado pela sociedade Xavante como um importante símbolo de posição social. Pertencente aos homens de idade avançada, ao ser entoadado exige o respeito dos ouvintes. Cabaça e haste de madeira são unidas por um preparado de base vegetal com propriedades mágicas. Acreditam os índios que seu dono está protegido de doenças. Mas, o dzo precisa das vozes masculinas para existir. É avistado principalmente nos rituais do Way'á, de nominação das mulheres e da corrida de toras de buriti.

Flauta e chocalho acompanham o violão de Miguelio que empresta ao som do cerrado e das matas os acordes do mundo urbano. A dupla Tsidupo, de Miguelio e Paulo, apropria-se de maneira singular dos conhecimentos milenares de seu povo e daqueles apreendidos com gentes das cidades para compor as letras de suas músicas. Paixões, amores proibidos, desamores, a jovialidade e a beleza femininas, a enfermidade, a saudade de quem partiu e as influências citadinas são fontes de inspiração para suas composições musicais. Aldeia e cidade unem-se em nome da sensibilidade musical dos músicos.

Se a presença feminina na confecção da flauta tsidupo se apresenta na sutileza da fiação de suas cordas de algodão tingidas de vermelho urucum, é pela dupla Miguelio e Paulo que o público começa a conhecer os segredos milenares do povo Xavante, fortalecendo o diálogo entre almas tão diferentes, mas que dão sentido a este Brasil multicultural.

Serviço: A Casa do Parque está localizada na Rua Marechal Severiano de Queiroz, nº 455, bairro Duque de Caxias, Cuiabá-MT, próximo à entrada dos fundos do Parque Mãe Bonifácia. Informações: 3365-4789.



Boletim de Notícias - Edição nº 87/ 2014

Brasília, 20 de maio de 2014.

Exposição traz obras de artistas quilombolas

SÍTIO BEM PARANA, 20.05.2014

Quem visitar a Sala do Artista Popular, em Curitiba, a partir de sexta-feira (23) poderá conhecer um pouco do trabalho de artistas das comunidades quilombolas Adelaide Maria Trindade Batista, Castorina Maria da Conceição e Tobias Ferreira, todas ligadas pelo mesmo núcleo familiar e localizadas em Palmas, no Sudoeste do Estado. A mostra fica em cartaz até dia 11 de julho e a entrada é gratuita.

Os quilombolas chegaram a Palmas em 1936, com os primeiros desbravadores. Com o passar dos anos, traços da cultura quilombola acabaram se perdendo e os mais velhos da sentiram a necessidade de resgatar os costumes e tradições.

Assim surgiu a Escola na Comunidade, espaço que tem por objetivo proporcionar a educação quilombola e fazer um resgate cultural. Os trabalhos produzidos no colégio, que compõem a exposição, evidenciam o artesanato popular quilombola, utilizando materiais como sementes de árvores nativas, peças de reciclagem e tecidos.

Serviço

A Arte de Resistir e Construir - Artistas das Comunidades Quilombolas do Rocio Adelaide Maria Batista, Castorina Maria Conceição e Tobias Ferreira

Data: de 23/05 a 11/07 de 2014

Horário de funcionamento: de segunda à sexta-feira, das 10h às 18h

Local: Sala do Artista Popular - Rua Saldanha Marinho s/nº - Centro - Curitiba -(anexa à Secretaria de Estado da Cultura)

Entrada franca



Liderança terena é baleada na perna depois de sofrer terceiro atentado em menos de um ano

SÍTIO CIMI, 19.05.2014

Renato Santana,

de Brasília (DF)

O indígena Paulino Terena acabou baleado na perna direita depois que homens não-identificados atacaram a tiros, na madrugada desta segunda-feira, 19, a aldeia e a casa onde ele vive com a família. O terena é liderança da retomada Pillad Rebuá, território indígena localizado no município de Miranda, no Mato Grosso do Sul (MS), região do Pantanal, foco de conflito agrário. Este é o terceiro atentado sofrido pelo indígena em menos de um ano - na foto ao lado, carro incendiado de Paulino depois de emboscada em dezembro do ano passado.

"Foram muitos tiros. Nunca que eu tinha visto tantos assim. Não vieram para assustar, mas para me matar. Estou bem e não vamos desistir de nossas terras", conta Paulino. No final da manhã o indígena saiu do hospital de Miranda, onde passou por cirurgia para a retirada do projétil alojado na panturrilha. Ele lembra que acordou por volta das 4h30 com o avô gritando que a aldeia estava sob ataque. Tão logo ouviu os tiros, pulou da cama para a porta da casa.

Antes de abrir a porta, porém, ligou aos guerreiros para que soassem o alarme aos demais. "Quando sai de casa começaram a atirar. Corri na direção do meu carro, mas não consegui tirá-lo do lugar. Eu fiquei com a impressão que um terena tinha sido baleado e então decidi sair do carro. Foi quando um tiro acertou minha perna", relata Paulino. Conforme os guerreiros terena, os homens estavam em carros e motos, mas não é possível precisar quantos.

Protegido pelos guerreiros, Paulino foi encaminhado ao hospital. Enquanto era atendido, conforme a liderança, caminhonetes usadas pelos fazendeiros e seus capangas passaram a circular pelo entorno do hospital. Com o clima cada vez mais tenso, a polícia foi acionada. "Eu não tenho nada contra ninguém. Não é de hoje que me ameaçam por conta da terra. Minha cabeça tem preço. Para onde eu vou tenho de ir acompanhado", declara Paulino.

Devido aos atentados e ameaças, a liderança entrou para o Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, do governo federal, que já está tratando do caso e acompanhando o indígena terena. Além da luta pela terra, Paulino também representou o Conselho do Povo Terena em ação judicial movida contra o Leilão da Resistência, evento organizado por políticos ruralistas e fazendeiros para arrecadar dinheiro a ser investido na "segurança" contra as retomadas indígenas.

Incêndios e atentados

CONT.



Em Miranda a violência contra o povo Terena não começou com a retomada de Pillad Rebuá. Vem de mais tempo e como reflexo da luta dos indígenas por suas terras tradicionais. Em 4 de junho de 2011, um ônibus que transportava cerca de 30 estudantes Terena, a maioria entre 15 e 17 anos, foi atacado com pedras e coquetéis molotov. Seis pessoas, incluindo o motorista, sofreram queimaduras. Quatro foram internadas em estado grave.

A estudante Lurdesvoni Pires, de 28 anos, faleceu, vítima de ferimentos causados pelas queimaduras. Na época, lideranças terena creditaram o ataque a proprietários rurais da região, no contexto da disputa pela demarcação das terras indígenas. No dia 28 de novembro do ano passado, também em Miranda, um ônibus vazio que realizava transporte de alunos terena foi incendiado. Ele fazia o trajeto pela terra indígena Cachoeirinha, também alvo de conflito.

No dia 6 de dezembro do ano passado quatro homens encapuzados atearam fogo no carro do indígena depois de emboscada. Tentaram atear fogo em Paulino, que fugiu para o mato entre os tiros dos pistoleiros. Três dias depois a casa do indígena foi arrombada. Paulino denunciou à Polícia, Funai e Ministério Público Federal (MPF) as sucessivas ameaças de morte que vinha recebendo. No último mês, durante a 4a. Assembleia do Povo Terena, a comunidade de Pillad entregou uma carta ao Conselho Terena, relatando que "[fazendeiros] querem a cabeça dele [Paulino] como troféu".

Histórico

Os 2,2 mil indígenas Terena de Pillad Rebuá, até as retomadas, viviam em 94 hectares, divididos em duas aldeias, Moreira e Passarinho. Pillad teve o primeiro registro de reconhecimento pelo Estado em 1904. Um processo de demarcação teve início em 1950, mas não seguiu.

Em outubro do ano passado, cerca de 300 indígenas do povo Terena retomaram duas propriedades localizadas dentro de Pillad, exigindo que fosse instituído o Grupo de Trabalho (GT) para finalizar o processo de identificação e demarcação da terra indígena, cuja dimensão apontada nos laudos iniciais da Fundação Nacional do Índio (Funai) é de 10.400 hectares.

Em 10 de novembro, ainda em 2013, este grupo de Terena que realizou a retomada foi atacado por homens armados, em caminhonetes. Cápsulas de 9mm foram encontradas no local e entregues à Polícia Federal. Na sede da propriedade foram encontrados diversos buracos de bala no telhado, paredes e em um bebedouro.

Dois dias depois, fazendeiros expulsaram à tiros indígenas que haviam retomado parte de uma outra fazenda que também incide sobre a área reivindicada como a terra indígena Pillad Rebuá. Um trator pertencente à comunidade também foi incendiado. Ninguém ficou ferido.



Reforma agrária não caminhou como governo esperava, diz Gilberto Carvalho

SÍTIO JORNAL DO BRASIL, 19.05.2014

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, disse hoje (19) que os assentamentos da reforma agrária “não andaram como o governo esperava”. Carvalho reconheceu que houve pouco avanço na distribuição de terras e que esse é o maior motivo de tensão no diálogo com os trabalhadores rurais. O ministro admitiu que a questão é “incômoda” e disse que, entre as razões para o avanço limitado, estão o encarecimento da terra, desaparecimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a necessidade de investir nos assentamentos já existentes.

“Houve uma grande preocupação com a qualificação dos assentamentos. Nós nos demos conta que muitos assentamentos estavam se transformando na antirreforma agrária, as pessoas não conseguiam sobreviver. Foi um investimento grande que se fez na qualificação, apoio à agroindústria”, declarou.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, também comentou a questão. Ele afirmou que este ano 450 mil famílias serão assentadas e que isso representa um gasto de aproximadamente R\$ 500 milhões em qualificação.

Os dois ministros deram as declarações em coletiva de imprensa após o encerramento do 3º Encontro Nacional de Agroecologia, que terminou nesta segunda-feira em Juazeiro, na Bahia. O evento reuniu cerca de 2,1 mil pessoas de todos os estados do país, entre agricultores familiares, extrativistas, indígenas, quilombolas, técnicos, professores e gestores públicos. Os participantes entregaram a Gilberto Carvalho uma Carta Política com demandas dos pequenos produtores.

Entre os pedidos, a realização da reforma agrária e o reconhecimento dos territórios de povos e comunidades tradicionais, como índios e quilombolas. A carta solicitou ainda o fim da pulverização aérea e da isenção fiscal para agrotóxicos; o banimento no Brasil de defensivos proibidos em outros países; acesso e gestão da água pelos pequenos agricultores; educação no campo com enfoque na permanência dos jovens na área rural e sistema de inspeção sanitária específico para produção artesanal sob supervisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Gilberto Carvalho disse que o documento é “pesado” e “uma grande responsabilidade”. Ele disse que é possível o governo buscar avanços, mas defendeu a reforma política como forma de conquistar os objetivos. “É preciso que a vanguarda consiga fazer uma estratégia de maioria. Sem reforma política, não será uma realidade. Não há a correlação de forças necessária. Não acontecerá enquanto houver bancadas grandes de latifundiários e de trabalhadores, reduzidas”, declarou.



Apresentada primeira etapa do projeto MAPEO

SÍTIO PORTAL BRASIL, 20.05.2014

Prioridade é elaborar expedição para percorrer lugares sagrados da história de origem dos povos que falam a língua tucano oriental

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) apresentou a primeira etapa do Projeto MAPEO -Criando Condições para Iniciativa de registro binacional (Brasil- Colômbia) da rota de transformação dos povos indígenas do Noroeste Amazônico. O evento aconteceu com a presença de representantes do Instituto, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). O objetivo do projeto é de proteger os bens culturais indígenas do Noroeste da Amazônia, na fronteira Brasil- Colômbia.

O acordo de intercâmbio cultural entre os dois países foi criado em 1963. Desde então, Brasil e Colômbia vêm criando mecanismos de cooperação e compartilhando interesses comuns na proteção da Amazônia.

As ações para resguardar a cultura indígena são de iniciativa dos dois países, sendo instituições governamentais, não governamentais e organizações próprias aos povos indígenas da região. O foco da proteção do patrimônio cultural está nas regiões das bacias da fronteira dos rios Caquetá/ Japurá, Negro/ Guinía e Alto Orinoco.

Foram quatro anos de pesquisas para que o projeto chegasse a sua primeira etapa. Foram várias reuniões em Leticia (Colômbia) e Tabatinga (Brasil) para discutir a Cartografia Cultural no Noroeste Amazônico e os acordos técnicos de identificação e reconhecimento do patrimônio.

O resultado dos encontros foi uma agenda conjunta de trabalho entre os dois países. A prioridade foi a elaboração de uma expedição para percorrer os lugares sagrados da história de origem dos povos da região que falam a língua tucano oriental.

A segunda etapa do projeto deverá ser entregue em 2015. Os próximos passos serão refazer a viagem sagrada dos índios fortalecendo as ações de salvaguarda, para que sejam reconhecidos como elementos fundamentais para a preservação.

Fonte:

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



A criminalização explícita das lideranças Kaingang no RS

SÍTIO CIMI, 20.05.2014

Por Roberto Antonio Liebgott

O objetivo deste texto é apresentar algumas das contradições que envolvem a prisão de cinco indígenas Kaingang, no estado do Rio Grande do Sul, procedida após o conflito em Faxinalzinho, que lamentavelmente resultou na morte de duas pessoas. Antes, porém, tomo a liberdade de transcrever parte do que ouvimos dos Kaingang, durante as visitas que realizamos aos líderes indígenas no presídio:

"Aqui nós somos muito bem tratados pelos presos. Nós fomos trazidos pra cá e ficamos muitas horas de pé, algemados e com o rosto na parede. De vez em quando um policial federal passava e torcia os nossos dedos e dizia que a gente ia pagar por tudo o que fizemos. Eu nem sei porque fui preso, não fiz nada. No dia do conflito eu estava com meu pai em Nonoaí, no banco, na Caixa Econômica Federal, ele foi sacar o dinheiro da aposentadoria. Eu estava com muito medo e não sabia o que ia acontecer aqui dentro do presídio. Eu estava com muita fome e sede. Ficamos muito tempo sem comer e sem beber água. Eles nos separaram em dois grupos, eu (Celinho), o Nelson e o Romildo fomos levados para a galeria dos trabalhadores do presídio e o Deoclides e o Daniel foram pra ala dos evangélicos. Quando nos levavam lá pra galeria o medo aumentou. Mas ali fomos bem recebidos. Os presos perguntaram se a gente queria café e depois mandaram esquentar a comida e nos disseram para comer. Depois nos deram roupa, a nossa roupa estava toda suja. Aqui dentro nos trataram com dignidade".

(Celinho de Oliveira)

"O pessoal aqui nos acolheu muito bem. Tudo o que sofremos lá fora, da polícia, aqui foi o contrário. A gente estava só com a roupa do corpo. Aqui, quando chegamos, os presos procuraram roupa que poderia nos servir. Ganhamos calça, camisa, blusa, é que está ficando frio. Eles nos deram comida, nos trataram com respeito. Pode dizer lá para as nossas esposas que estamos bem. A gente sabe que eles estão sofrendo lá, que não sabem o que está acontecendo, mas diz pra eles que a gente está bem. Que se mantenham firmes, isso aqui vai passar. A gente sabe que eles queriam prender qualquer um da nossa comunidade, eles precisavam prestar conta pra sociedade. Nós caímos numa emboscada porque confiamos nas autoridades. Mas agora eles precisam se unir (os Kaingang) ainda mais. Não podem aceitar negociação. Se precisar ficar aqui 30 anos a gente fica. Eu suporto o peso da injustiça, suporto a prisão, nem que seja por 30 anos, se as nossas terras forem demarcadas".

(Deoclides de Paula)

A prisão temporária de sete indígenas Kaingang da terra Kandóia, Rio Grande do Sul, no dia 9 de maio – quando estes participavam de uma reunião promovida por integrantes do governo

CONT.



do estado do Rio Grande do Sul, da prefeitura municipal de Faxinalzinho e da Fundação Nacional do Índio (Funai) para dialogar sobre os conflitos entre indígenas e agricultores – foi eivada de irregularidades. De acordo com o relato feito pelos indígenas aos seus advogados de defesa, as prisões foram realizadas de forma truculenta e irregular, sendo que os mandados de prisão não foram apresentados no ato de detenção dos sete Kaingang, que puderam tomar conhecimento do documento apenas horas mais tarde, em Passo Fundo. Dentre os sete presos, dois acabaram sendo liberados em função de absoluta falta de elementos que justificassem uma prisão temporária.

Os demais Kaingang - Deoclides de Paula, Nelson Reco de Oliveira, Daniel Rodrigues Fortes, Celinho de Oliveira e Romildo de Paula - foram removidos para a Superintendência Regional da Polícia Federal, onde permaneceram até serem transferidos para o Presídio Estadual do Jacuí (PEJ). Registra-se, nesta transferência, mais uma irregularidade, posto que o presídio do Jacuí é destinado a abrigar condenados pelo Poder Judiciário, o que não é o caso dos líderes Kaingang, que foram presos temporariamente.

Evidencia-se também, neste processo, uma tentativa de dificultar o acesso dos advogados dos Kaingang ao inquérito policial, que acabou sendo disponibilizado pelo delegado da Polícia Federal, Mário Vieira, somente dias depois, quando os advogados acionaram a Justiça Federal.

Registra-se ainda que o delegado tem dificultado o acompanhamento dos advogados a alguns procedimentos durante a investigação, a exemplo das oitivas dos índios, realizadas no dia 14/05/2014 na Superintendência Regional da Polícia Federal do Rio Grande do Sul. Neste caso, os advogados deveriam ter sido comunicados com antecedência, mas o delegado informou que as oitivas não seriam realizadas no dia proposto, uma manobra que, se não tivesse sido revertida, resultaria em prejuízo para os indígenas detidos. O fato foi denunciado ao delegado da Polícia Federal, Cesar Leandro Hubner, de plantão na SR/DPF/RS no dia 14/05, sendo então solicitado o afastamento do delegado Mário Vieira do caso, entendendo-se que este tem agido de modo parcial.

Além disso, o delegado também se manifestou de forma inadequada na imprensa, outorgando a si o poder de julgar quando afirmou publicamente a culpa dos Kaingang pela prática de crime hediondo, informando que estes ficarão presos por um período de 30 a 50 anos. Não bastasse isso, declarou que as prisões seriam um “presente de dia das mães”.

Alguns pedidos formalizados até aqui pelos advogados dos Kaingang foram negados, notadamente a solicitação de relaxamento das prisões, com a custódia dos índios submetida à Funai (previsão legal estabelecida pelo Estatuto do Índio, Lei 6001/1973) e o afastamento do delegado Mário Vieira da condução do inquérito.

Os fatos demonstram que a autoridade policial, responsável pelo inquérito, vem agindo contra os preceitos éticos da própria polícia, atuando com parcialidade e constituindo-se, dentro do inquérito, como “justiceiro” ao invés de investigador. Ao que parece, a autoridade policial quer “prestar contas” para a sociedade e atenuar a comoção social gerada pelo conflito e pelas mortes, o que pode comprometer o processo de busca e investigação rigorosa de provas acerca da autoria dos crimes.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 87/ 2014

Brasília, 20 de maio de 2014.

As lideranças indígenas encarceradas no Presídio de Jacuí argumentam insistentemente que as suas prisões foram arbitrárias e ocorreram num contexto de emboscada promovida por agentes dos governos estadual e federal, com o objetivo de criminalizar aqueles que lutam pela demarcação das terras. Deoclides de Paula, cacique da terra Kandóia e representante indígena do Sul do país na Comissão Nacional de Política Indigenista, disse: “Eu suporto o peso da injustiça, suporto a prisão, nem que seja por 30 anos, se as nossas terras forem demarcadas”.

Com esse espírito, cinco líderes Kaingang passam os dias dentro de um presídio no Rio Grande do Sul aguardando que os brancos tenham bom senso, respeitem a lei e efetivamente promovam a justiça.



Encontro marca início de projeto de produção e manejo sustentável no Xingu e Araguaia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.05.2014

O Instituto Social Ambiental (ISA) lidera iniciativa que articula 12 organizações e tem foco na estruturação e fortalecimento de cadeiras produtivas de atividades sustentáveis de populações indígenas, extrativistas e agricultores familiares em 11 municípios do Pará e Mato Grosso

ISA

Na semana passada, foi dado o pontapé inicial de um projeto, de quase três anos, que vai contribuir para que atividades que mantêm a Floresta Amazônica em pé sejam cada vez mais viáveis e atrativas do ponto de vista econômico e sustentáveis para as populações tradicionais.

Nos dias 13 e 14 de maio, 25 integrantes do projeto Sociobiodiversidade do Xingu, financiado pelo Fundo Amazônia, reuniram-se, em Brasília, para discutir os detalhes da execução da iniciativa. Os participantes revisaram planos, metas e indicadores do plano de monitoramento, modo coletivo e organizado de se trabalhar, fundamental na estratégia de envolver todos os parceiros na discussão dos aspectos técnicos e operacionais para atingir plenamente os objetivos do projeto.

O ISA lidera a iniciativa, que articula 12 organizações, tendo como foco a estruturação e fortalecimento de cadeiras produtivas que envolvam atividades econômicas sustentáveis de populações indígenas, extrativistas e agricultores familiares em 11 municípios do Pará e Mato Grosso. As ações materializam uma estratégia de atuação em várias áreas das bacias do Xingu e Araguaia.

O projeto vai apoiar a produção e comercialização de serviços e produtos agroflorestais, como sementes e mudas florestais, borracha, castanha, pequi e outras frutas, óleos e essências amazônicos. No Mato Grosso, serão beneficiadas 320 famílias do Parque Indígena do Xingu e das Terras Indígenas Wawi e Marãwatsedé, além de 195 famílias de agricultores, distribuídas em cinco projetos de assentamento de reforma agrária. No Pará, as ações beneficiarão 31 famílias de agricultores assentados e 220 famílias de comunidades tradicionais extrativistas.

As organizações que fazem parte do projeto são a Associação Comunitária Agroecológica Estrela da Paz, Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (Ansa), Associação Terra Viva de Agricultura Alternativa e Educação Ambiental, Operação Amazônia Nativa (Opan), Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng (AIMCI), Associação Indígena Kisêdjê (AIK), Associação Agroextrativista Sementes da Floresta (Aasflor), Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio (Amora), Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri (Amoreri), Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Xingu (Amomex), Associação Extrativista do Rio Iriri e Maribel (Aerim), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) e Articulação Xingu Araguaia (AXA), da qual a CPT no Mato Grosso faz parte.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 87/ 2014

Brasília, 20 de maio de 2014.

Cláudia Alves de Araújo, agente da CPT no Mato Grosso e vice-presidente da Associação Terra Viva, participou da reunião e apresentou os projetos mantidos pela AXA na região.

O projeto Sociobiodiversidade do Xingu foi o primeiro projeto contratado na lista de 18 selecionados pelo Fundo Amazônia no âmbito da Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis. A chamada contemplou projetos "aglutinados" ou seja, gerenciados por uma organização "aglutinadora" e compostos de subprojetos de outras organizações menores, "executoras" ou "aglutinadas", orientados para o desenvolvimento de, ao menos, uma das seguintes cadeias: manejo florestal madeireiro e não madeireiro; aquicultura e arranjos de pesca; sistemas agroecológicos e agroflorestais

Sobre o Fundo Amazônia

Criado em 2008, o Fundo Amazônia possui hoje 45 projetos já contratados, no valor de R\$ 628 milhões. O Fundo capta doações destinadas a investimentos não reembolsáveis em prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e ações de conservação e uso sustentável das florestas na Amazônia. O governo da Noruega, o banco de desenvolvimento alemão KFW e a Petrobrás já destinaram recursos ao fundo, que é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).



Posição da Hutukara Associação Yanomami (HAY) sobre a Mineração em Terras Indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.05.2014

Davi Kopenawa Yanomami
Presidente da Hutukara Associação Yanomami (HAY)

Vocês, brancos, dizem que nós, Yanomami, não queremos o desenvolvimento. Falam isso porque não queremos a mineração em nossas terras, mas vocês não estão entendendo o que estamos dizendo. Nós não somos contra o desenvolvimento: nós somos contra apenas o desenvolvimento que vocês, brancos, querem empurrar para cima de nós. O desenvolvimento que vocês falam em nos dar não é o mesmo que conhecemos: vocês falam em devastar a nossa terra-floresta para nos dar dinheiro, falam que somos carentes, mas esse não é o desenvolvimento que nós conhecemos. Para nós desenvolvimento é ter nossa terra com saúde, permitindo que nossos filhos vivam de forma saudável num lugar cheio de vida.

Nós Yanomami entendemos muito bem sobre esse assunto e ficamos apenas preocupados com aqueles que dizem representar todo nosso povo e pedem por mineração. São pessoas que ficam pensando como as mineradoras funcionam, pensam que elas não devastam a floresta, mas não entendem o que realmente vai ocorrer. A mineração não é como o garimpo, não são pessoas que entram na floresta e degradam apenas algumas regiões. A mineração precisa de estradas para transportar os minérios, precisa de grandes áreas para guardar a produção, precisa de locais para alojar os funcionários, fará grandes buracos na terra que não deixarão a nossa floresta voltar a se recuperar.

Entendemos como as mineradoras atuam, não pensem que confundimos seu trabalho com o dos garimpos. Conhecemos muito bem a diferença, morremos muito na época do garimpo ilegal em nossa terra, sabemos as diferenças. Sabemos que as mineradoras vão precisar de energia para funcionar. De onde virá essa energia para fazer as máquinas funcionarem? Como vocês transportarão os minérios? Quando os minérios mais valiosos terminarem e as mineradoras forem embora, o que acontecerá com os trabalhadores que foram até a terra indígena? Quando transformarem e produzirem minério, quais são os resíduos que podem contaminar nossa terra por muito tempo?

Vocês falam que somos pobres e que nossa vida vai melhorar. Mas o que vocês conhecem da nossa vida para falar o que vai melhorar? Só porque somos diferentes de vocês, que vivemos de forma diferente, que damos valor para coisas diferentes, isso não quer dizer que somos pobres. Nós Yanomami temos outras riquezas deixadas pelos nossos antigos que vocês, brancos, não conseguem enxergar: a terra que nos dá vida, a água limpa que tomamos, nossas crianças satisfeitas.

Vocês brancos pensam que nós somos pássaros, ou somos cotias, para nos darem apenas o direito a comer os frutos que nascem em nossas terras? Não pensamos as coisas de forma dividida, pensamos na nossa terra-floresta como um todo. Se vocês destruírem o que está

CONT.



abaixo do solo, tudo que está acima também sofrerá.

Não estamos preocupados apenas com o que vai acontecer com os povos indígenas. Vocês pensam que os brancos não serão afetados? Vocês não aprendem com o que está acontecendo no mundo? Está ficando mais quente, em outros lugares o clima está mudando, os grandes rios estão morrendo, os animais também estão morrendo e todos estão sofrendo. Vocês ainda não aprenderam que esse tipo de desenvolvimento pode matar todos nós?

Não somos apenas nós, povos indígenas, que vivemos na nossa terra. Vocês querem perguntar a todos os moradores da floresta o que eles acham sobre a mineração? Então perguntem aos animais, às plantas, ao trovão, ao vento, aos espíritos xapiri, pois todos eles vivem na floresta. A floresta também pode se vingar de nós, quando ela é ferida.

Sabemos que as leis do Brasil dizem que o subsolo da terra pode ser explorado. Mas queremos garantir nosso direito de escolher o que é melhor para nós, como as próprias leis brasileiras garantem. Não pensamos que todos os povos indígenas são contra a mineração: alguns não querem, outros querem. Mas queremos que seja discutido primeiro o Estatuto das Sociedades Indígenas, porque as palavras do nosso Estatuto já estão muito velhas. Queremos isso para garantir nosso direito de escolher.

Nós sabemos que existem muitos interesses, mais fortes do que políticos, para fazer a mineração em nossa terra. São interesses de quem tem muito dinheiro, de quem quer ganhar muito mais dinheiro. Nós sabemos que não querem nos ajudar, eles dizem apenas que querem nos ajudar, que farão escola, darão assistência à saúde, darão luz, mas sabemos que por trás dessas palavras falsas está o desejo de fazerem crescer seu dinheiro. Eles podem enganar outras pessoas, mas não nos enganam.

Nós Yanomami não queremos mineração, não queremos que ela seja feita em nossa terra. Nós já nos manifestamos contrários à Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), que o governo criou, mas resolveu ignorar criando, depois, a Comissão Especial para discutir a lei de mineração em terras indígenas. Se vocês brancos mostrarem um lugar onde os povos indígenas vivem realmente bem com a mineração, um lugar onde vivem com saúde, respeitando suas culturas, onde os brancos os ajudem de forma correta e não os enganem ao darem dinheiro, onde não passem fome e onde não passem sede, se virmos esse lugar, do mesmo tamanho que nossa terra-floresta, podemos voltar a discutir esse assunto.

Vocês estão realmente escutando nossas palavras? Vocês, brancos, realmente escutaram nossos palavras, as palavras do povo da floresta?



Novo marco da mineração: quebra de decoro e financiamento de campanha. Entrevista especial com Raul do Valle

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.05.2014

“O Marco Legal da Mineração deveria incluir mecanismos de controle público sobre o ritmo da atividade, para que ela não fique ao sabor do mercado internacional, e rígidas salvaguardas que garantissem que o bem-estar da população brasileira fosse assegurado”, adverte o advogado

IHU On-Line - “O Código de Ética da Câmara dos Deputados diz explicitamente que é quebra do decoro parlamentar ‘relatar matéria de interesse específico de pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento de sua campanha eleitoral’”. É com base nesse argumento que a sociedade civil enviou uma representação à Secretária Geral da Mesa da Câmara Federal, solicitando que o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) deixe a relatoria do novo marco legal da mineração, que irá definir os rumos da mineração no país para os próximos 40 anos, por ter recebido quase R\$ 380 mil reais de doações de empresas do ramo mineral e metalúrgico. De acordo com Raul do Valle, “isso significa que, pelo Código de Ética, ele não poderia ter assumido a relatoria desse projeto”, à medida que a regra do Código é “simples” e “tenta evitar o conflito de interesses ocasionado pelo modelo de financiamento privado de campanhas”.

O caso reabre a discussão acerca do financiamento de campanhas eleitorais por grupos empresariais que têm interesses econômicos específicos, os quais dependem da aprovação das leis. “O financiamento empresarial — não o do cidadão — de campanhas é um equívoco tremendo, uma porta aberta à influência nefasta de interesses particulares em decisões de interesse público. As empresas têm como objetivo único o lucro, ou seja, a maximização dos ganhos privados. Enquanto agente de mercado, tudo bem. Agora, quando ela se torna agente político, financiando e ajudando, de forma decisiva, a eleger representantes do povo, há uma contradição absoluta, pois estes devem pensar no bem comum, e não no particular”, pontua, na entrevista a seguir, concedida por e-mail à IHU On-Line. E acrescenta: “Veja, em 2013 o PT, que vem lutando pelo financiamento público de campanhas, recebeu quase R\$ 80 milhões de reais de doações de empresas. Não tem como dizer que não há comprometimento da ação política. Por isso, na minha opinião, o financiamento empresarial deveria ser totalmente abolido da legislação brasileira, permitindo-se apenas a doação de cidadãos, dentro de certo limite, e do fundo partidário”.

Valle informa que uma semana após o protocolamento da representação da sociedade civil, o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Lyra Alves (PMDB-RN) “respondeu que mandou arquivá-la, pois não via indícios de conflito de interesse! Para ele, ‘o fato narrado não constitui, evidentemente, quebra de decoro parlamentar’. A alegação é de que o projeto trata de regras gerais sobre mineração, e que para configurar o conflito de interesses o projeto deveria tratar de regras específicas para as empresas que financiaram a campanha do deputado”. E rebate: “Só que toda lei, por princípio, é uma regra de caráter abstrato, ou seja,

CONT.



que se aplica a todos indistintamente, não podendo beneficiar ou prejudicar especificamente essa ou aquela pessoa. A interpretação de Eduardo Alves, portanto, anula a regra aprovada pelos próprios deputados, pois nunca haveria conflito de interesses na relatoria de projetos de lei. É, evidentemente, uma interpretação esdrúxula e que em nada ajuda a melhorar a má imagem que a classe política tem junto à sociedade”.

Raul do Valle é advogado, mestre em Direito Econômico, formado pela Universidade de São Paulo – USP. Atua como assessor jurídico do Instituto Socioambiental – ISA, onde também é coordenador do Programa de Política e Direito. Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que consiste a representação da sociedade civil encaminhada contra o relator do novo marco da mineração, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG)? Quais as razões de encaminhar essa representação à Secretaria Geral da Mesa da Câmara Federal?

Raul do Valle - O Código de Ética da Câmara dos Deputados diz explicitamente que é quebra do decoro parlamentar “relatar matéria de interesse específico de pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento de sua campanha eleitoral”. É uma regra simples, que tenta evitar o conflito de interesses ocasionado pelo modelo de financiamento privado de campanhas. O deputado Leonardo Quintão é atualmente o relator do Código de Mineração, a lei que vai regular, pelos próximos 40 ou 50 anos, toda a atividade mineral no país. Ou seja, é, seguramente, o projeto de lei que mais interessa a todas as empresas envolvidas diretamente no ramo da mineração. Ocorre que o deputado teve quase R\$ 380 mil reais de doações de empresas do ramo mineral e metalúrgico (transformação mineral) durante sua campanha eleitoral de 2010. Isso significa que, pelo Código de Ética, ele não poderia ter assumido a relatoria desse projeto. Mas o fez. Em função dessa situação absurda, fizemos uma representação pedindo o seu afastamento da relatoria, para garantir que tenhamos um parlamentar isento à frente de uma posição tão relevante para o interesse público.

IHU On-Line – Que relação particular ele tem com empresas do setor de mineração?

Raul do Valle - Segundo os dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, o deputado recebeu um total de R\$ 379.710,00 (trezentos e setenta e nove mil, setecentos e dez reais) de empresas ligadas ao ramo da mineração ou da metalurgia (transformação mineral). É o caso da Arcelor Mittal Brasil, que, conforme informa seu sítio na internet, “além da fabricação e transformação do aço, a Arcelor Mittal está presente no Brasil em frentes tão diversas como mineração”. Ou da LGA Mineração e Siderurgia, com sede em Belo Horizonte, que explora uma mina de ferro em Bom Sucesso/MG . Foram cinco ao total.

IHU On-Line – Quais são as implicações do financiamento de campanhas? Os financiamentos de campanha são uma realidade no Brasil. Como resolver essa questão?

Raul do Valle - A minha opinião é de que o financiamento empresarial — não o do cidadão — de campanhas é um equívoco tremendo, uma porta aberta à influência nefasta de interesses particulares em decisões de interesse público. As empresas têm como objetivo único o lucro, ou seja, a maximização dos ganhos privados. Enquanto agente de mercado, tudo bem.

CONT.



Agora, quando ela se torna agente político, financiando e ajudando, de forma decisiva, a eleger representantes do povo, há uma contradição absoluta, pois estes devem pensar no bem comum, e não no particular. Veja, em 2013 o PT, que vem lutando pelo financiamento público de campanhas, recebeu quase R\$ 80 milhões de reais de doações de empresas. Não tem como dizer que não há comprometimento da ação política. Por isso, na minha opinião, o financiamento empresarial deveria ser totalmente abolido da legislação brasileira, permitindo-se apenas a doação de cidadãos, dentro de certo limite, e do fundo partidário.

IHU On-Line – O deputado tem recebido críticas por ser o relator do novo marco legal da mineração e, ao mesmo tempo, ser financiado pelas empresas desse setor. Como o senhor avalia essas críticas? Quais critérios explicam a atuação dele enquanto relator do novo marco legal da mineração?

Raul do Valle - O deputado nunca escondeu que é financiado por empresas de mineração e que defende o setor mineral. Pelo menos nesse aspecto ele joga limpo. Ocorre que provavelmente nem ele sabia que havia uma regra da própria Câmara que proíbe não o financiamento privado, mas a relatoria de projetos que interessem diretamente seus financiadores. Era uma daquelas chamadas “letras mortas”, que ninguém usava, pois acabou se naturalizando o fato de que dentro do Parlamento os interesses econômicos fazem e desfazem. Tanto que nossa representação foi a primeira da história a pedir a punição de um deputado por essa razão.

IHU On-Line – A diretoria da Câmara se manifestou diante da representação encaminhada pela sociedade civil?

Raul do Valle - Sim. Por incrível que pareça, uma semana após o protocolo da representação, o presidente da Câmara dos Deputados respondeu que mandou arquivá-la, pois não via indícios de conflito de interesse! Para ele, “o fato narrado não constitui, evidentemente, quebra de decoro parlamentar”. A alegação é de que o projeto trata de regras gerais sobre mineração, e que para configurar o conflito de interesses o projeto deveria tratar de regras específicas para as empresas que financiaram a campanha do deputado. Só que toda lei, por princípio, é uma regra de caráter abstrato, ou seja, que se aplica a todos indistintamente, não podendo beneficiar ou prejudicar especificamente essa ou aquela pessoa. A interpretação do Eduardo Alves, portanto, anula a regra aprovada pelos próprios deputados, pois nunca haveria conflito de interesses na relatoria de projetos de lei. É, evidentemente, uma interpretação esdrúxula e que em nada ajuda a melhorar a má imagem que a classe política tem junto à sociedade.

IHU On-Line – Juridicamente, como avalia o texto do novo marco legal da mineração, que está sendo elaborado? Já é possível emitir algum parecer?

Raul do Valle - O relatório do deputado Quintão veio dentro da lógica “tudo para meus amigos”. Ele praticamente acaba com a tentativa de maior controle da atividade por parte do Estado, que estava presente no projeto enviado pelo Planalto, e não incorpora qualquer salvaguarda de caráter socioambiental. Pelo contrário, cria uma regra pela qual toda criação de unidades de conservação, titulação de terras de quilombos, tombamento de lugares históricos ou qualquer outro ato que vise preservar partes do território brasileiro teria que ser previamente aprovado pela Agência Nacional de Mineração. Ou seja, uma agência setorial, que

CONT.



como todas seria dominada por agentes do setor, teria o poder absoluto de dizer se uma área pode ou não ser protegida, olhando apenas para o interesse da atividade mineral. Se essa regra já estivesse valendo, não haveria nem como se começar a bela luta pela criação do Parque da Garandela, em Belo Horizonte, que produz água para a cidade, mas que está sobre uma imensa jazida de ferro. Esse é um exemplo bastante ilustrativo do espírito do relatório: mineração acima de tudo. Discordamos frontalmente dessa concepção.

IHU On-Line – Juridicamente, o novo marco legal apresenta alguma preocupação com as famílias que residem próximo às áreas de exploração da mineração?

Raul do Valle - Muito pouco, de forma totalmente insuficiente. O que ela faz é apenas distribuir melhor os royalties da atividade, incluindo municípios afetados pelo empreendimento, e não só os produtores. Mas isso significa mais dinheiro para a prefeitura, não para os diretamente impactados. Se quisesse mostrar preocupação, teria incluído o direito de consulta prévia com as populações afetadas, de forma a se decidir democraticamente se vale a pena ou não aceitar o empreendimento. Se houvesse essa preocupação teria previsto um zoneamento ecológico-mineral que estabelecesse áreas livres de mineração, e outras nas quais ela pode ocorrer apenas em determinadas condições.

Tudo isso ajudaria a organizar melhor o território brasileiro, diminuindo inclusive o conflito entre empresas e comunidades e orientando a atividade para regiões com menos problemas.

IHU On-Line – A Secretaria de Geologia Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia pretende inserir leis específicas no novo marco legal da mineração, especialmente leis para substâncias que constam como monopólio da União, minerais e fósseis raros, águas minerais, mineração em terras indígenas e em faixa de fronteira, entre outras cláusulas. Como o senhor vê essa proposta e como esses temas estão sendo discutidos na elaboração do novo marco legal?

Raul do Valle - O tratamento dessas matérias deveria ocorrer em leis específicas, não dentro do marco geral. Mineração em terras indígenas é um exemplo. As organizações indígenas, em sua maioria, não querem abrir as terras, neste momento de ataque a seus direitos, a esse tipo de exploração. Além disso, a lei deveria trazer uma série de especificidades que não cabem numa regra geral. Para os outros casos, não tenho uma opinião formada, mas penso que é mais ou menos o mesmo.

IHU On-Line – Que questões jurídicas são fundamentais na redação do novo marco legal da mineração, considerando o atual cenário de extração de minério do país?

Raul do Valle - Ele deveria assumir que a mineração é uma atividade economicamente importante, mas muito impactante e que "não dá segunda safra". Deveria assumir também que o processo de desindustrialização pelo qual o país está passando, cada vez mais dependente de exportação de commodities, é algo que deve ser combatido, e não naturalizado. Portanto, deveria incluir mecanismos de controle público sobre o ritmo da atividade, para que ela não fique ao sabor do mercado internacional, e rígidas salvaguardas que garantissem que o bem-estar da população brasileira fosse assegurado, que áreas ambientalmente importantes

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 87/ 2014

Brasília, 20 de maio de 2014.

não fossem impactadas, que os danos causados fossem devidamente compensados e indenizados e que a atividade colaborasse para a ativação do mercado interno. O projeto, no entanto, ainda está longe disso.



Juíza Federal dá prazo de 30 dias para que União restabeleça atendimento médico ao povos indígenas em Humaitá

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.05.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

A juíza Jaiza Maria Pinto Fraxe, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, deu à União prazo de 30 dias para garantir o direito à saúde previsto na Constituição e providenciar a instalação de local e meios para receber e tratar os indígenas da região de Humaitá. A decisão considera parcialmente a Ação Civil Pública que está sendo movida pelo advogado Ricardo Tavares de Albuquerque e pelo MPF no Amazonas, através do Procurador Júlio de Araújo Júnior, considerando os danos que os povos indígenas Kagwahivã, Tenharim e Jiahui, vêm sofrendo há décadas, em consequência da construção da BR 230, a Transamazônica.

Desde o dia 25 de dezembro de 2013, quando o Polo-Base de atendimento em Humaitá foi destruído, assim como outros bens públicos - dentre os quais barcos, veículos e, parcialmente, a sede da Funai -, a Secretaria Especial de Saúde Indígena se limitou a extinguir a CASAI (Casa de Apoio à Saúde do Índio) local. Desde então, os indígenas da região viram-se obrigados a buscar atendimento médico em Porto Velho, Rondônia.

Na sua decisão, a Juíza opta por examinar de imediato esse ponto da ACP, considerando sua urgência. E afirma: "O direito à saúde é ligado intrinsecamente à própria vida. Prestado a descontento o serviço, é a própria vida dos cidadãos (e, em especial, dos indígenas, no presente caso), que está em jogo".

Embora a Ação tenha sido proposta em nome dos Tenharim e Jiahui, que são representados por Ricardo Tavares de Albuquerque, o restabelecimento da CASAI de Humaitá irá beneficiar obviamente todas as etnias da região.

Veja, abaixo, a íntegra da decisão.

CONT.




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO AMAZONAS


5000243882014013200

Processo Nº 0000243-8K.2014.4.01.3200 - 1ª VAZIA FEDERAL

DECISÃO Nº : 65-A/2014 PCTT 96.000.04
PROCESSO Nº : 243-88.2014.4.01.3200
CLASSE : 7100 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA
AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REUS : UNIÃO FEDERAL E OUTRO



DECISÃO

Trata-se de ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal em desfavor da UNIÃO e da FUNAI, através da qual requer que as rés sejam responsabilizadas por supostas violações a direitos humanos dos povos indígenas Kagwahivã, Tenharim e Jiahui por danos permanentes ocasionados pela Construção da Rodovia Transamazônica (BR-230) em seus territórios.

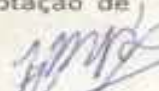
Liminar parcialmente concedida, às fls. 303/309.

Requer o MPF, às fls. 463/467, em caráter de tutela de urgência complementar, seja determinado à União que providencie, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, local adequado para receber em Humaitá os indígenas que vão ao Município para receber tratamento de saúde, sob pena do pagamento de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

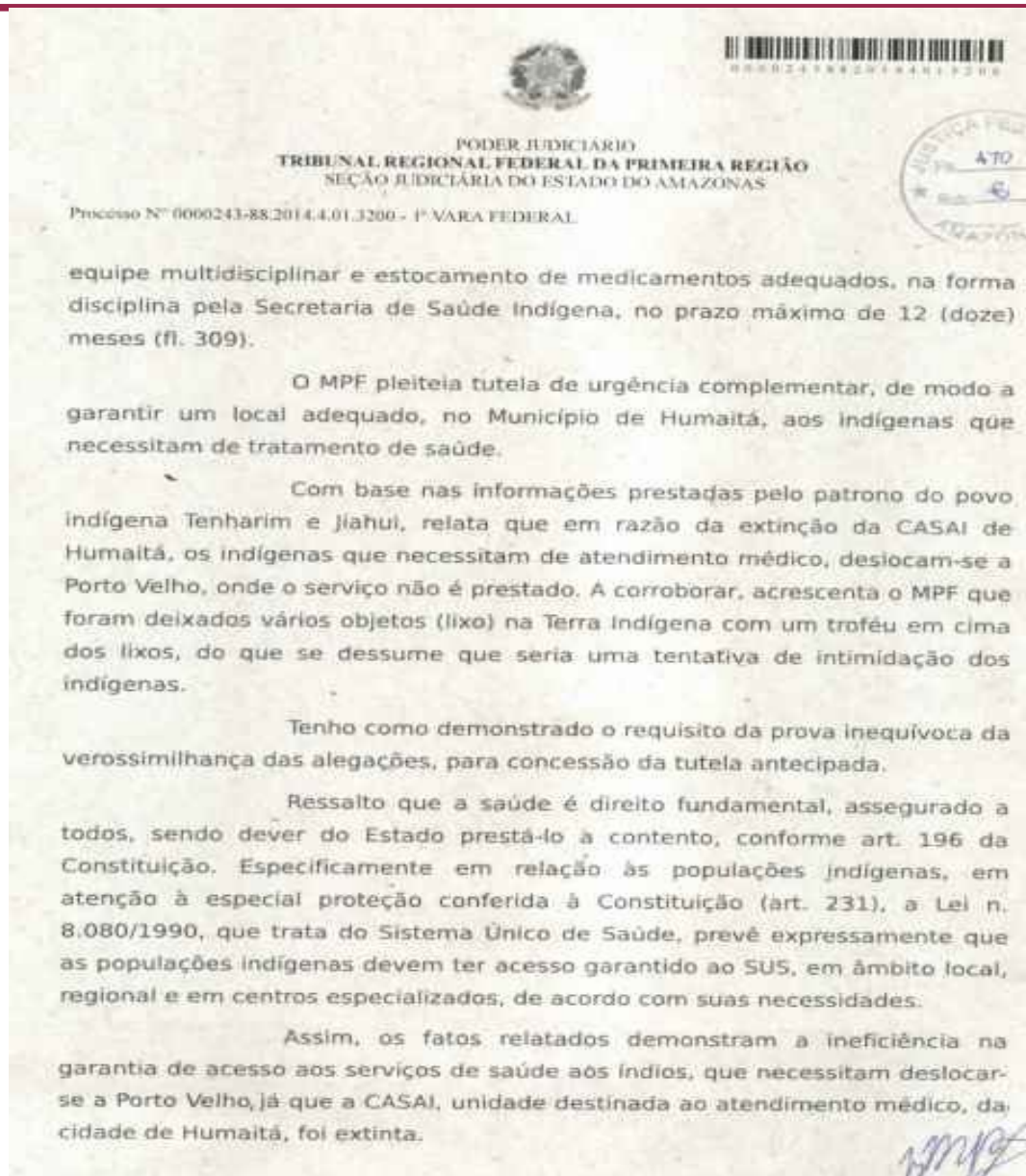
Brevemente relatados. Decido.

Para concessão da antecipação de tutela, nos termos do art. 273 do Código de Processo Civil, é necessária a demonstração, mediante prova inequívoca, de a) verossimilhança das alegações; b) receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou manifesto caráter protelatório do réu.

Verifico que este Juízo, ao conceder parcialmente a liminar, dentre outras medidas, determinou à União, a instalação de pólo-base específico de saúde indígena nas terras objeto dos autos, com a lotação de



CONT.



CONT.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO AMAPÁ



600024348201440213200



Processo Nº 0000243-8R/2014.4.01.3200 - 1ª VARA FEDERAL

Também está demonstrado o receio de dano irreparável. Ora, estamos tratando da correta execução do serviço de atenção à saúde, que dispensa maiores digressões. O direito à saúde é ligado intrinsecamente à própria vida. Prestado a descontento o serviço, é a própria vida dos cidadãos (e, em especial, dos indígenas, no presente caso) que está em jogo.

Nestes termos, **DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA**, conforme requerido pelo Ministério Público Federal, para determinar à União que providencie, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias**, local adequado para receber em Humaitá os indígenas que vão ao Município para receber tratamento de saúde.

Conforme entendimento do TRF da 1ª Região, deixo de cominar, por ora, multa pelo eventual descumprimento desta determinação, a qual será fixada caso este fato venha a ser relatado nos autos.

Intime-se, por mandado, com URGÊNCIA.

Intimem-se as partes para especificação de provas, conforme determinado no despacho de fl. 428, item 3.

Manaus, 14 de maio de 2014.



JAIZA MARIA PINTO FRAXE
Juíza Federal Titular da 1ª Vara/AM



Anuladas ordens de reintegração de posse em área ocupada por indígenas em MS. Viva!

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.05.2014

Decisão segue parecer do MPF ao reconhecer que títulos de propriedade não são válidos

MPF MS

A Justiça seguiu parecer do Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) e anulou ordens de reintegração de posse em três fazendas que incidem na Terra Indígena Yvy Katu em Japorã, fronteira de MS com o Paraguai e a 477 km de Campo Grande. Na sentença, o juiz afirmou que “não há justo título na propriedade do autor, tampouco posse lícita fundada em terra tradicionalmente indígena que o legitime a ingressar com o presente feito”. Também deixou aberta a possibilidade de indenização ao proprietário pela União “a qual lhe teria concedido título dominial da área demarcada”.

Com isso, já são nove processos de reintegração de posse extintos na Terra Indígena Yvy Katu, de um total de 14. As decisões baseiam-se em outra sentença judicial, de março de 2013, que validou o procedimento demarcatório da terra indígena: “O fato de as terras terem sido esbulhadas dos indígenas pelo próprio Estado não esvazia o direito destes de terem restituídas suas terras”.

Atualmente, os indígenas ocupam a área total da terra indígena (9.494 hectares), correspondente à área de 14 fazendas. A área já passou por estudo antropológico, que confirmou a ocupação tradicional pelo grupo guarani-ñandeva, e foi declarada como terra indígena pelo Ministério da Justiça, através da Portaria 1289/2005. A demarcação física já foi realizada, falta apenas a homologação pela Presidência da República, última etapa de todo o processo, que começou em 1982. Há nove anos os indígenas aguardam a assinatura da Presidência.

Longa luta pela terra

A expulsão dos indígenas de seu território tradicional começou com a criação do Serviço de Proteção ao Índio, através do Decreto nº 9.214 de 15 de dezembro de 1911, que tinha entre suas funções “promover a mudança de certas tribus (sic), quando fôr conveniente e de conformidade com os respectivos chefes”. Esses chefes, como demonstrado pelo MPF, “jamais emitiram qualquer aprovação para serem retirados de suas terras tradicionais, ao contrário, recusavam-se a sair, sendo assim tidos por selvagens”.

Criadas as normas legais, o governo federal passou a retirar os indígenas de suas terras confinando-os em pequenas reservas escolhidas pelo SPI. A União, então, trouxe imigrantes para a região, conferindo-lhes títulos de propriedade. Este foi o modelo adotado para a colonização de Mato Grosso do Sul e está na gênese do conflito fundiário atual.

CONT.



A reserva de Porto Lindo, em Japorã, para onde foram transferidos os indígenas de Yvy Katu em 1928, foi definida em 3.600 hectares mas sofreu seguidas reduções em função de arranjos entre agentes do governo e interesses de colonos e empresas regionais, sendo demarcada com 2.000 ha. Atualmente, mede 1.648 ha.

Em 1982 começou o procedimento demarcatório da Funai. Para tentar acelerar o processo, em 2003 os indígenas ocuparam as áreas reivindicadas. Com vários pedidos de reintegração de posse ajuizados, a solução adotada foi destinar 10% da área demarcada para ocupação pelos indígenas.

Assim que foi publicada a portaria que determinou a terra como indígena, os proprietários buscaram sua anulação. Sem sucesso em primeira instância da Justiça Federal, eles recorreram no Superior Tribunal de Justiça, que também negou o pedido. O caso foi levado até o Supremo Tribunal Federal, onde os ministros também deram validade para a portaria que definia a terra como indígena.

Em outubro de 2013, os indígenas voltaram a ocupar toda a área declarada pelo governo federal como indígena, para pressionar pela homologação. As ordens de reintegração de posse que foram anuladas referem-se a esta última ocupação.

Referências Processuais na Justiça Federal de Naviraí/MS:

0000008-52.2004.403.6002

0000001-60.2004.403.6002

0000009-37.2004.403.6002

Assessoria de Comunicação Social
Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mucimara V. Vaz.



Organizações ambientalistas promovem Dia Internacional Anti-Chevron

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.05.2014

Marcado para esta quarta-feira (21), os protestos pretendem questionar as práticas ambientais da petroleira

Da Redação Brasil de Fato

Movimentos vítimas da petroleira Chevron prometem grandes manifestações em várias partes do mundo no próximo dia 21 de maio. O Dia Internacional Anti-Chevron exigirá que a petroleira mude suas práticas e reconheça suas responsabilidades por graves crimes ambientais cometidos ao longo de toda a sua história. Liderada por movimentos equatorianos, a manifestação também deve ocorrer em outros países impactados pelas ações da empresa como Argentina, Estados Unidos, Nigéria e Romênia.

“Este é um passo decisivo no esforço global para responsabilizar a Chevron por suas violações dos direitos humanos em todo o mundo”, disse Paul Paz y Miño, diretor do grupo ambiental estadunidense Amazon Watch, uma das organizações que assina o documento de chamamento para as manifestações.

No Equador, a Chevron deixou sua marca quando operou na região amazônica do país com a autorização do governo militar, entre os anos de 1964 e 1992. Nesse período, despejou 17 milhões de galões de petróleo na região, formando piscinas de petróleo e de elementos tóxicos que foram responsáveis por inúmeras mortes e doenças das populações indígenas locais. O presidente Rafael Correa foi ao local em 2013 para pegar resíduos de petróleo dessas piscinas denunciando o que seria a “mão suja” da Chevron. A região contaminada tem mais de 3 mil quilômetros quadrados e ficou conhecida como a “Chernobyl da Amazônia”.

A empresa chegou a ser condenada em 2011 a pagar US\$ 9,5 bilhões pelos danos ambientais causados ao país, mas conseguiu uma decisão favorável da justiça estadunidense que acusou os advogados dos povos atingidos de fraude perante a corte.

“É cada vez mais claro que os problemas da Chevron em todo o mundo não são apenas o produto de uma série de falhas operacionais isolados. A empresa tem um grande problema cultural que começa com seu CEO, John Watson. Há evidências de que Watson incentiva um padrão de conduta fundamentalmente baseada na ganância por cada vez maiores lucros, mesmo que à custa de comunidades vulneráveis”, denunciou Paz Y Miño.

Em declaração assinada por todas as comunidades afetadas foi traçada uma lista parcial de exigências contra a empresa que, entre outros, são: a responsabilização da Chevron pela poluição e destruição da natureza nas regiões atingidas; o respeito a autodeterminação dos povos e a não utilização de práticas operacionais de alto risco e o cumprimento das obrigações legais que lhe são impostas nos países em que atua.



Os abusos da petroleira pelo mundo

Não é de hoje, e tampouco é o Equador o primeiro país vítima de Chevron pelo mundo. Em 2011, um acidente provocado pela empresa estadunidense no Brasil ganhou as manchetes no país.

Um vazamento 3700 barris de petróleo em um poço da empresa no Campo de Frade (RJ), resultou numa multa de R\$ 50 milhões. De acordo com a Agência Nacional do Petróleo a empresa poderia ter evitado o acidente e não fez a devida análise de risco antes de perfurar o poço.

Em 2012, um incêndio atingiu a refinaria da empresa em Richmond nos Estados Unidos. Cerca de 15 mil pessoas procuraram ajuda médica por conta da liberação dos gases tóxicos. Um ano depois, a Chevron foi responsabilizada pelo acidente e condenada a pagar US\$ 2 milhões em multas. Além disso, foi processada pelo conselho da cidade por conta de "anos de negligência, pouca supervisão e a indiferença nas questões de segurança e reparos".



O Brasil corre o risco de perder metade do seu território em julho de 2014, e 190 milhões de brasileiros poderão ser despejados

SÍTIO BBC BRASIL, 20.05.2014

“não há como pensar a Amazônia sem o Brasil, nem o Brasil sem a Amazônia”. Um pequeno comentário sobre os dois pensamentos: assim já raciocinava Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, em 1750, quando despachou o seu próprio irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para a Amazônia, com instruções expressas para reconstruir antigas obras militares e levantar novas, de modo a tamponar todas as vias de acesso do exterior para dentro da grande região.

Minha manifestação é de salientar que Nossa Constituição de 1988 Reza de Forma Clara e Rica em Detalhes sobre os Direitos dos Povos Indígenas Brasileiros especificando de forma incontestável, que as Áreas de Reservas Indígenas SÃO DA UNIÃO, e de Usufruto pelas Comunidades Indígenas sob Tutela da União através da FUNAI, assegurando aos povos indígenas o respeito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Reconhece que os povos indígenas foram os primeiros senhores de fato e de direito desta terra chamada Brasil, incorporando a seus ideais de justiça a ideia do "indigenato".

A posição do Brasil na ONU aprovando sem ressalvas o acordo internacional OIT Convenção nº 169, contraria a posição soberana do Brasil. O Trabalho que é formada por 185 países-membros na hora de decisão, apenas 17 nações aprovaram a Convenção nº 169 entre elas o Brasil, enquanto 168 países se negaram a assinar como Estados Unidos, Nova Zelândia, Austrália, Rússia e Argentina, se recusaram a aprovar essas resoluções, sob a argumentação que violavam a legislação interna de seus países. No Brasil, com textos que criam condições objetivas para a subtração de territórios atualmente brasileiros, foram atos de traição.

1 - O governo Federal tem prazo até 24 de julho/2014 para retificar, denunciar, a convenção da ONU OIT nº 169 do contrário, o Brasil será dividido em 216 Estados determinado pela ONU, completamente independentes e desligados do Governo do Brasil.

2 - Em 1862 o Imperador Pedro II rejeitou a proposta dos EUA feitas pelo general James Watson Weber, propondo organizar uma companhia com capital de 25 milhões de dólares, para introduzir negros sulistas “emancipados ou a emancipar” na Amazônia. O Imperador sabia das intenções, na tomada do território brasileiro, mesmo com toda vigilância, em 1876 o descaminho das sementes de seringueira pelos ingleses, a Amazônia deixou de gerar divisas da ordem de 150 milhões de libras esterlinas.

3 - Em 1938, o Presidente Getúlio Vargas nacionalizou todos os serviços, estatizando as concessionárias estrangeiras, e, ao mesmo tempo, determinou providências para aumentar a presença do Poder Público em todos os seus quadrantes. Fazia cumprir, com esses atos, as disposições do Decreto-Lei nº 406, de sua inspiração, que proibia a constituição de núcleos coloniais formados exclusivamente por estrangeiros e determinava que a colonização da Amazônia fosse reservada aos nacionais.

CONT.



4 - Em 1986 o Presidente José Sarney em ato de submissão, lacrou o buraco na Serra do Cachimbo no Pará, construído para testes nucleares, renunciando o desenvolvimento a nosso País, impedindo aos cientistas brasileiros na pesquisa de novas e limpas tecnologias. Em 1992 por imposição dos EUA, a ECO/92 só foi realizada após a assinatura pelo então Presidente Collor e o Ministro Jarbas Passarinho, da portaria 580 de 15/11/91, precursora da reserva ianomami, tornando impossível que os pelotões de fronteira de Surucucu e Maturacá servissem de base para futuras cidades. Essas imensas reservas, quase todas na faixa de fronteira, mantêm intactos os ricos recursos naturais do solo e subsolo, que um dia serão explorados por países do Primeiro Mundo, como EUA, França e Alemanha. Em 1998 o Presidente Fernando Henrique Cardoso, consentiu fosse realizada a farsa da atuação da Funai no laudo tendencioso conduzido pelo CIMI e pelo CIR, na demarcação feita por recortes de jornais, sem trilhas físicas elaboradas por antropólogos brasileiros e competentes das terras indígenas, resultando na portaria 820/98 assinada pelo ministro da Justiça Renan Calheiros, que declara a TI Raposa/Serra do Sol posse permanente dos povos indígenas. Em 2002, o Presidente FHC assinou o Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002 (Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes). Em 2003 o Congresso Nacional aprova o texto lesa-pátria da Convenção OIT nº 169 Decreto Legislativo 143/2002. Em 2004 o Presidente Lula da Silva tendo ao lado o Ministro da Justiça Tarso Genro, assinou com Celso Luiz Nunes Amorim, o DECRETO Nº 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004. (Promulga a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre povos Indígenas e Tribais), absolutamente sem raciocinar à ação de doar, 50% do território brasileiro.

5- À presidente Dilma Rousseff ficou a responsabilidade de DENUNCIAR, RECUSAR, dizer NÃO a Convenção OIT nº 169, o maior crime de lesa-pátria já realizado na História do Brasil.

6 - A data limite é 24 de Julho de 2014. Coincide com a euforia da Copa do Mundo no Brasil, com o tumulto, estardalhaço e brigas no Congresso com a CPI da Petrobrás, que passa a ser nada, comparado a perda de 50% do Território Nacional. Que os mais dignos membros da gestão pública, da justiça do Brasil, intelectuais atuantes, fiquem atentos. A presidente Dilma Rousseff DEVE DENUNCIAR dizer NÃO, a Convenção nº 169 o maior crime de usurpação ocorrido no Brasil, iniciado no final do governo de Fernando Henrique Cardoso, e promulgado no governo Lula da Silva.

7 - Eu, cidadã brasileira, em nome do povo brasileiro, solicito das Autoridades Brasileiras, URGENTE,: Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI de alto nível, Comissão da Verdade e Reconciliação, da Demarcação para terras indígenas como contínuas que mediante os relatórios comprovando as fraudes relatórios e provas criteriosas, apresentados ao STF pelo Senador Mozarildo Cavalcanti de RR sejam reavaliados. Fraudaram para "balcanizar" o Brasil, usam as ONGs estrangeiras com fachada ambientalista, que se estabeleceram inconstitucionalmente na Amazônia, promovendo a indução, destino, alienação, e sedução dos nossos indígenas brasileiros. Justiça, STF, MPF, PGR, OAB, Polícia Federal, Agência Brasileira de Informações Nacionais - ABIN unidos e utilizando todos os recursos jurídicos, inclusive, a abertura de sigilos Bancários, de todos os representantes da Delegação Brasileira na ONU, que assinaram a referida Declaração - e todos aqueles que no Brasil facilitaram encobrendo as fraudes, (o G77 já está se manifestando, "lista negra" missões diplomáticas da ONU e

CONT.



diplomatas individuais - talvez como parte de um sistema de monitoramento para evitar a lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo). <http://www.ipsnews.net/2014/04/developing-nations-look-for-retaliation-bank-cancellations/>. As autoridades legais precisam expulsar de nosso meio todos aqueles que vendem a Pátria por quaisquer trinta moedas.

8 - Faço lembrar aos senhores, que os tribunais de Bruxelas após Comissão da Verdade do Canadá, julgou, e condenou a 25 anos de prisão, os envolvidos por genocídio, sedução, indução, tortura, pedofilia, prostituição, perda de identidade, cobaias em laboratório, as crianças indígenas Mohawk.

<http://www.trc.ca/websites/trcinstitution/index.php?p=39> [9]

depoimento de índia canadense: "O primeiro a sofrer a operação foi o maior dos meus filhos, quando ele tinha quatro anos de idade. Era 1975. Eles o levaram para longe, enquanto eu não estava em casa. Em julho de 1981 esterilizado meu filho mais novo, tinha nove anos de idade. Levaram-no para Victoria General Hospital e segurou lá por dias. Nenhum dos dois meninos podem ter filhos. Fizemos isso porque nós somos os descendentes originais, os herdeiros desses territórios. O governo ainda está tentando nos tirar daqui. "Anônimo, a pedido" ,Vancouver Island, 18 de maio de 2005". <http://www.itccs.org> - <http://www.iclcy.com> — [9]

9 - No Brasil, crianças indígenas são exploradas sexualmente no Amazonas.

depoimento de índia brasileira: Outra garota, X., de 15 anos, disse que presenciou encontros de sete homens com meninas de até dez anos. "Eu vi meninas passando aquela situação, ficando com as coxas doloridas. Eles sempre dão dinheiro em troca disso [da virgindade]." — P. aceitou depor na PF porque recebeu ameaças de um dos suspeitos. "Ele falou que, se continuasse denunciando, eu iria junto com ele para a cadeia. Estou com medo, ele fez isso com muitas meninas menores", afirma. — M., de 12 anos, conta que "vendeu" a virgindade para um ex-vereador. O acerto, afirma a menina, ocorreu por meio de uma prima dela, que também é adolescente. "Ele me levou para o quarto e tirou minha roupa. Foi a primeira vez, fiquei triste." A menina conta que o homem é casado e tem filhos. "Ele me deu R\$ 20 e disse para eu não contar a ninguém." — A rede de pedofilia da região se tornou conhecida mundialmente. — A mãe de uma garota indígena de 13 anos com leve retardo mental decidiu denunciar o estupro de sua filha que ficou grávida. — Familiares e conselheiros tutelares que defendem as adolescentes também são ameaçados. "Eles avisaram: se abrirem a boca a gente vai mandar matar", diz a mãe de uma menina de 12 anos. — Lar escola dirigido pela irmã católica Giustina Zanato, 63, que acolhe meninas indígenas que são exploradas sexualmente.

<http://racismoambiental.net.br/2012/11/virgindade-de-meninas-indias-vale-r-20-no-amazonas/>

10 - Em março de 1994, a Funai e o Cimi iniciaram um processo de aproximação dos índios jumas com povos falantes da língua tupi-guarani. O antropólogo Gunter Kroemer (1939-2009), do Cimi, acompanhou um encontro das índias juma com índios parintintin na região de Joari Tapuí, no município de Lábrea (AM). Ele defendia relação inter-étnica com a autonomia preservada das duas etnias. Pergunto? Que direito tiveram e tem o CIMI, CIR, alheios aos

CONT.



costumes indígenas em cada tribo, para determinar com quem os nossos jovens índios podem e devem ter relações sexuais? Aonde fica a Funai que protetora, defensora e guardiã dos indígenas como reza na CB de 1988 permitiu/permite? Não conseguimos entender porque diminui a cada dia a quantidade de índios brasileiros nos diversos dialetos em cada tribo. Hoje, a etnia jumas está praticamente extinta e as ONGs culpam os seringueiros. Quem pode garantir tal afirmação, sem que o Exército esteja presente para realizar a segurança no entorno, foram proibidos de adentrar. No entanto, a terra indígena Juma, com 38.700 hectares, está demarcada, com recursos naturais da reserva, que é cortada pela estrada Transamazônica (BR-230). Leiam o link e perguntem a si mesmos, por que não existe índios jovens jumas para matrimônio, e leiam o depoimento da índia canadense na Comissão da Verdade no item 8, "eles" castraram os índios quando crianças para não terem mais filhos e no prazo de trinta anos se apoderarem das terras, é a média de vida deles.
<http://amazoniareal.com.br/o-casamento-das-indias-juma-gerou-polemica-internacional/>

11 - A CIMI vinculada a CNBB, apresentou em 2012 um relatório primoroso, e fantásticos em detalhes, com depoimentos de índios, mapeamento físico, entrevistas com índios "aculturados" tudo com o patrocínio da Embaixada da Noruega, e título: "Violência contra os povos indígenas no Brasil" obrigando os índios a desfilar com faixas, e pedirem as terras contínuas, e ao governo o respeito a OIT 169 da ONU... Pergunto? Por que o CIMI junto a Funai, quando comandou o laudo de demarcação das terras indígenas nos governos Collor/FHC sem qualquer divulgação à sociedade brasileira, sem a presença física dos índios, sem consultar índio, sem percorrer a região demarcada, sem riqueza de detalhes, por que, não fizeram relatório igual a este que utilizam para incriminar o Brasil?
<http://www.cimi.org.br/pub/viol/viol2012.pdf>

12 - Segundo informações fornecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), a maioria das mulheres traficadas para a Europa são originárias de comunidades pobres dos estados de Roraima, Amapá, Amazonas e Pará. "Para o governo, progresso é extrair petróleo, abrir estrada, plantar soja, derrubar madeira", e a proteção dos indígenas contra estas ONGs que nem sabem quem é? continua sob a tutela da presidente Dilma o documento aguardando o NÃO PARA OIT N.169. http://www.amazonianoticias.com.br/br/index.php?option=com_content&view=article&id=72:cresce-o-trafico-de-mulheres-da-amazonia-para-europa&catid=15:roraima&Itemid=219

13 - O depoimento do Capitão de Mar e Guerra Paulo César Machado, Capitão dos Portos da Amazônia Ocidental e da Chefe do Departamento de Registro, Fiscalização e Estatísticas da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas – AMAZONASTUR, de que meninos e meninas são explorados sexualmente por turistas estrangeiros e nacionais que visitam a região e usam a pesca esportiva como fachada. Quais foram os resultados da CPI da pedofilia e prostituição infantil no Amazonas? inconformada com a leniência das autoridades brasileiras, apresento:
<http://www.aids.gov.br/noticia/cpi-da-prostituicao-infantil-indicia-20-politicos>
<http://mudancaedivergencia.blogspot.com.br/2014/05/cpi-da-pedofilia-e-exploracao-sexual.html>

14 - Enquanto a brasileira do Estado de Santa Catarina, Sul do Brasil Catarina Migliorini, de 20 anos, leiloou sua virgindade pela Internet e conseguiu faturar R\$1,5 Milhão, pago por um
CONT.



japonês de 53 anos, a brasileira índia na região do Amazonas do extremo Norte do País, a virgindade da menina índia custa R\$20,00, que lhe é tirada sob ameaça, em troca muitas vezes de uma caixa de bombom segundo a jornalista Kátia Brasil. http://port.pravda.ru/sociedade/cultura/23-01-2013/34214-meninas_indigenas-0/

15 - Os brasileiros podem ver nesta apresentação, porque até hoje não permitiram as regiões da Amazonas e entorno prosperar. A cobiça estrangeira na biodiversidade e riquezas da região brasileira e para isto, usaram e usam os nossos índios que inocentes agindo pela falsa proteção da Funai, (guardião deles conforme a CB de 1988) entregam e denunciam o Brasil. Os alopátrios, no entanto, querem é ainda mais terra para índio, onde não haja nem fé, nem lei, nem rei, e governos entreguistas.[14]

16 - Motivos mais que suficiente para uma Comissão da Verdade sobre a atuação das ONGs internacionais, contrariando os costumes e hábito dos indígenas nas florestas brasileiras. Em 2008 foi encaminhada denúncia para o Ministro Márcio Thomas Bastos (Justiça), solicitando a imediata entrada da PF do Brasil no caso. Americanos e nacionais em férias na Amazônia mantêm um ritual criminoso de abuso sexual contra crianças índias brasileiras, até um magistrado americano estaria envolvido. "Esta denúncia é gravíssima. Os crimes ocorrem em território nacional com crianças até 14 anos. O Exército é proibido de adentrar. <http://www.vermelho.org.br/prosapoesia/noticia/32972-49>

Como cidadã brasileira, em respeito a Constituição Brasileira de 1988 que diz sermos todos iguais perante a Lei, cumprindo o meu dever cívico e patriótico, em respeito aos patriotas que lutaram como guerreiros para preservar o Brasil íntegro em toda a sua extensão, indignada com a os políticos neoliberais que decidiram sepultar as idéias patrióticas injetadas no País pelo Presidente Getúlio Vargas, mormente aquela que reservava aos nacionais o desbravamento da Amazônia. Nos deparamos hoje, com as governanças brasileiras entregando as nossas riquezas, nossas terras, nossos índios, nossa etnia, nossa liberdade, para quem não sabem quem é. O nosso perigo passou de externo a ser interno pelos brasileiros que agindo pela ganância e submissão, tendo por traz a ignorância, desprezam o Estado de Direito. A falta de alternância no poder, leva a prática do governo de usar a máquina para interesses políticos. Direito que tem de ser aplicado neste país.

Com participação ativa do governo brasileiro, dos políticos, do STF (Supremo Tribunal Federal), de órgãos administrativos, do dinheiro dos contribuintes, e da inocência do povo brasileiro. A futura perda de parcela do território brasileiro. E, como um obediente cordeirinho o "Congresso Nacional" mansamente aprovou essa nefasta Convenção, sem esboçar um mínimo repúdio aos artigos que poderão ser evocados para a retirada de um grande naco de terra do BRASIL. Pirara - O Brasil perdeu para a Inglaterra e hoje pertence a Guiana. O Brasil era maior do que nós herdamos. Tínhamos uma saída para o Mar do Caribe por meio dos rios Rupununi e Essequibo. Ainda há tempo para reverter toda essa burrice ou traição, desde que a Presidente Dilma Rousseff com patriotismo, DENUNCIAR a Convenção n? 169 dizendo NÃO.

"Uma nação pode sobreviver aos idiotas e até aos gananciosos, mas não pode sobreviver à traição gerada dentro de si mesma. Um inimigo exterior não é tão perigoso, porque é

CONT.



conhecido e carrega suas bandeiras abertamente. Mas o traidor se move livremente dentro do governo, seus melífluos sussurros são ouvidos entre todos e ecoam no próprio vestíbulo do Estado. E esse traidor não parece um traidor, ele fala com familiaridade a suas vítimas, usa sua face e suas roupas e apela aos sentimentos que alojam no coração de todas as pessoas. Ele arruína as raízes da sociedade, ele trabalha em segredo, oculto na noite para demolir as fundações da nação, infecta o corpo político e tal ponto que ele sucumbe". (Discurso de Cícero tribuno romano 42 a C.).

A Câmara Federal, o Senado e o Congresso têm que se manifestarem, energicamente. A referida aprovação ignorante, na melhor das hipóteses - a luz do Direito e da moral - tem que ser rechaçada, retificada.

As autoridades brasileiras que comandam os destinos do País, nos últimos 29 anos, não tiveram uma postura de defesa do território do Brasil.

Vale dizer as autoridades brasileiras que comandaram e comandam os destinos do País, nos últimos 12 a 15 anos, não tiveram uma postura de defesa dos interesses da população brasileira - que absolutamente não quer se tornar refém da importação de combustível, minérios estratégicos e outros, pelo tempo e pelo preço que convier aos sócios dos indígenas apoiados pelos Membros do Conselho ONU.

Por qual razão, todo processo demarcatório foi baseado em um laudo contencioso conduzido pelo CIR e pelo CIMI com a assinatura da FUNAI [8]. A CMI foi fundada na Inglaterra e tamanha é sua inconsistência que foi posta sob suspeita pela comissão de peritos nomeada pela Justiça Federal de Primeira Instância [5], e tantas outras provas, que a Suprema Corte tem arquivada nos processos de contestação.

A Agência Reuters de notícias divulgou, em 29/08/08, que Tarso Genro, o ministro da justiça, em rápidas declarações sobre o julgamento do STF sobre a demarcação em Roraima da Raposa da Serra do Sol, "se mostrou convencido de que a demarcação contínua seria mantida pelo STF", e completou a manchete: "quem ouve o ministro falar acha que a vitória já estava garantida", um julgamento de cartas marcadas, Tarso disse mais, com ares de satisfação: "Não adianta estourar pontes, fazer ações violentas contra o estado e fazer mobilizações que levem à violência. Não é uma vitória de índio contra branco ou de índio contra arroteiro" — O ministro Tarso, como em raríssimas ocasiões, tem razão. Não se trata de uma vitória de índio contra branco ou de índio contra o agricultor. Não mesmo Sr. Tarso, Trata-se de uma vitória do comunismo internacionalistadefendido e idolatrado por gente como o então Ministro da Justiça Tarso Genro sobre todos os brasileiros – incluindo os não patriotas que estão no poder e os que a ela tentam se juntar por medo de sucumbir à triste realidade que se instala no país.

A sociedade brasileira está sendo artificialmente desunida e segmentada em negros, índios, feministas, gays, ambientalistas e assim por diante. Antagonismos semeados por milhares de ONGs, financiadas pela oligarquia internacional da esquerda, incitando a quem se sente injustiçado para que se torne inimigo da sociedade e que o Estado deve impor sua causa em detrimento de todos os demais.

Naturalmente, a defesa dos duvidosos direitos de grupos é mero pretexto criado pela oligarquia

CONT.



internacional para dividir o País ou no mínimo para quebrar-lhe a coesão. No caso da campanha indigenista está provocando uma escalada nos conflitos em vários Estados e revela potencial de uma guerra civil. Agora o risco será maior se o Governo não denunciar a Convenção dos Direitos dos Povos Indígenas até 24 de julho de 2014, pois perderemos as condições jurídicas de recusar a independência e a secessão de quaisquer das reservas que assim o desejar.

A campanha indigenista, orientada do estrangeiro através das ONGs com fachada ambientalista, com a finalidade de governarem o Brasil de dentro para fora, visa também quebrar o setor produtivo rural, como se viu em Roraima, nada sobra aos índios que desejam prosperar (como todo ser humano) pois retira deles a liberdade. Os índio nada mais é que massa de manobra de ONGs e desses conselhos. Não é de admirar que os maiores inimigos do movimento indigenista são os índios esclarecidos.
http://www.defesabr.com/MD/md_amazonia.htm

"Excelência na arte da guerra aquele que vence sem usar a força, mas para isso primeiro é preciso levantar uma "causa justa", conhecer todo o terreno, os passos do inimigo, conhecer suas fraquezas, infiltrar espiões, conquistar a população local com lucros aparentes, corromper lideranças locais e plantar a desinformação, porém se tudo isso não funcionar, ataque-os de surpresa, de uma forma rápida e planejada. E se tiver uma força 10 vezes maior do que a do inimigo, a vitória estará garantida". Sun Tzu (400 aC)

Território é elemento constitutivo do Estado. População sem território se torna refém dos que dele se apossaram como espoliadores da vez. Leiam os jornais e vejam o que ocorre com os refugiados obrigados a viverem, por força de tratados entreguistas dos territórios deles, assinados por governantes entreguistas deles, em diversas partes do mundo.

Território brasileiro não se entrega, muito menos, se, no território do qual se trata, se encontra a parte fértil prevista para abastecer de combustível - a mola do mundo - e de produtos oriundos da biodiversidade, esta e as futuras gerações de brasileiros e residentes no Brasil.

ATENÇÃO! pretendem a balcanização do Brasil, nos mesmos moldes em que a oligarquia anglo-americana para adentrar além mares e transportar seus produtos, deixaram Hong Kong miserável, viciada no ópio, e submissa por 99 anos.

Se a Presidente Dilma Rousseff, não DENUNCIAR, RETIFICAR, dizer NÃO, a Convenção OIT nº 169 junto a ONU até o dia 24 de julho de 2014, será o maior crime já visto na história do Brasil. Decretado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, Aprovado pelo Congresso Nacional, e Promulgado pelo Presidente Lula da Silva, 190 milhões de brasileiros poderão ser despejados do Brasil, e o mapa do Brasil mudará sua visualização:

Pelo que vemos no mapa, e pensar, que foram os Índios Guarani junto com os Bandeirantes homens principalmente paulistas, que em 1494 desbravaram o interior do Brasil nas terras longe da costa criando as primeiras hospedarias, abrindo para seus cavalos as primeiras estradas, e se instalando ao longo de todo o território nacional cumprindo o Tratado de Tordesilhas que deu origem ao formato do nosso país, é muito triste para o cidadão brasileiro

CONT.



que lutou pelo Brasil unido.

O Brasil, como uma sociedade relativamente homogênea e coesa, será dividido, fragmentado e reduzido aos feudos de restritos grupos de interesse, os quais servirão para ascensão bem sucedida do poder da oligarquia no Brasil.

Quem vai prevalecer? a oligarquia anglo-americana através da sua frente de batalha, a Fundação Ford? ou os brasileiros empenhados em salvaguardar a integridade de sua nação? Só o tempo poderá dizer...

Mas tal é a velocidade com que os esforços divisivos da Fundação estão a dar frutos que um parlamentar brasileiro já propôs a criação de territórios "brancos" territórios étnicos, evidentemente emulados nos territórios "indígenas" ou "negros" que já estão sendo agitados vigorosamente para, o fim de "preservar os direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória, cultura e a identidade racial da etnia branca". Isso no Brasil, talvez o mais multirracial país do mundo.



Após mortes e prisões, MPF pede à Justiça demarcações indígenas no RS

SÍTIO RÁDIO TAPEJARA, 20.05.2014

O Ministério Público Federal protocolou, nesta segunda-feira (19), na Justiça dois pareceres que pedem medidas liminares para agilizar a demarcação de terras indígenas em quatro municípios do norte do Rio Grande do Sul. Na região, dois agricultores foram mortos durante protestos e cinco índios presos sob suspeita de participação no crime no mês passado. As solicitações afetam a Reserva do e Votouro-Kandoiam, entre Faxinalzinho e Benjamin Constant do Sul, além da Reserva do Passo Grande do Rio Forquilha, localizada em Cacique Doble e Sananduva.

Na última sexta (17), lideranças indígenas do norte gaúcho anunciaram que não irão a uma reunião em Brasília, convocada na semana passada pelo Ministério da Justiça. As aldeias da região pretendem boicotar o encontro como um gesto de protesto contra a prisão de um cacique, considerada injusta. O objetivo do governo federal é selar um acordo na quinta-feira (22) e estabelecer uma trégua.

De acordo com o MPF, os pareceres entregues ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) nesta segunda se referem a duas ações civis públicas. Em ambas, o pedido de agilização do processo demarcatório foi negado em primeira instância pela Justiça Federal, que recomendou "cautela e parcimônia, sem atropelo de fases procedimentais", além de "solução que atenda, pelo menos em parte, a todos os envolvidos". A decisão também considerou que o deferimento das liminares provocaria eclosão de "grave conflito social".

Porém, a autora dos pedidos, a procuradora Maria Hilda Marsiaj Pinto, argumenta ao TRF4 que o objetivo não é retirar imediatamente os atuais proprietários das terras, mas sim impor agilidade. Conforme ela, nos municípios de Cacique Doble e Sananduva, por exemplo, os índios solicitaram à Fundação Nacional do Índio (Funai) o reconhecimento da terra em 2004 e "há vários anos postulam agilidade no processo". Os trabalhos de demarcação, segundo o MPF, começariam em 2013, mas a atividade foi impedida pelos agricultores, que bloquearam vias de acesso.

Já no caso da Votouro-Kandoia, o MPF aponta que o trabalho de identificação começou em 2003 e terminou em 2007, "reconhecendo a ocupação tradicional da comunidade". O processo administrativo foi encaminhado ao Ministério da Justiça em 2012 e, desde então, aguarda análise, destacou o órgão.

Procurado pelo G1, o Ministério da Justiça informou que ainda não pretende se manifestar sobre as solicitações do MPF. A meta da procuradora é pedir ao TRF4 o estabelecimento de uma multa diária e prazo de 30 dias para o início do processo de demarcação.

Mortes e tensão

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 87/ 2014

Brasília, 20 de maio de 2014.

No dia 28 de abril, dois agricultores foram mortos próximo à estrada que liga Erval Grande a Faxinalzinho, no norte. Segundo a Brigada Militar, as vítimas tentaram furar um bloqueio imposto por indígenas em estradas da região para reivindicar a demarcação de terras. Os irmãos queriam abrir passagem para caminhões carregados com ração. Houve discussão e os produtores fugiram para um milharal, onde foram mortos a golpes de facões, pauladas e tiros de espingarda.

No mês passado, o MPF divulgou uma nota pública apontando que o risco de confrontos entre agricultores e indígenas "eram previstos e evitáveis se o governo federal não houvesse optado pela omissão proposital". O órgão destacou que há mais de um ano uma portaria declaratória sobre o impasse na região está na mesa do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para ser assinado.

Dias depois, o ministro se manifestou pela primeira vez sobre os conflitos. Cardozo negou omissão e disse que vai insistir na solução pacífica para os problemas no estado. "A postura do Ministério da Justiça não é de omissão. É de ação, na perspectiva de conciliação, da paz, da solução pacífica para o conflito. O ideal é que façamos a mesa de diálogo, vou insistir que se façam as mesas de diálogo, porque as pessoas têm uma falsa ilusão de que assinando ou não uma portaria você resolve o problema. Isso é falso", afirmou na ocasião.

Ao todo, são 2.734 hectares em disputa em Faxinalzinho. O conflito envolve quase 200 famílias de indígenas e 140 de agricultores, de acordo com dados da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

Fonte:

G1/RS



Boletim de Notícias - Edição nº 87/ 2014

Brasília, 20 de maio de 2014.

Câmara debate o tema "Indígenas no Século 21"

SÍTIO NOSSA METRÓPOLE, 20.05.2014



Com o tema "Indígenas no Século 21", a Câmara realiza nesta quarta-feira (21/05), a partir das 9h, sessão em homenagem ao Dia do Índio. A iniciativa - marcada inicialmente para o mês passado, mas que foi adiada por solicitação da comunidade indígena - é do presidente da Casa, vereador Teo Ribeiro (PT).

Foram convidados para o evento o líder da reserva Thá-Fene, Wakay Fulniô, a representante da Coordenação Indígena da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Ilclênia Tuxá, a escritora e pesquisadora das culturas indígenas, Marcia Wayna Kambeba, e a assistente social, diretora de assuntos relacionados às mulheres da FIBRAS (Fraternidade Indígena do Brasil), Mônica Marapara.

Fonte: Ascom Câmara de Camaçari

Viva à luta dos povos indígenas! Viva à memória de Chicão Xukuru!
SÍTIO PESQUEIRA EM FOCO, 20.05.2014



"Ele não vai ser enterrado, ele não vai ser sepultado, Ele vai ser plantado, para que dele nasçam novos guerreiros, minha mãe natureza".
(Zenilda, esposa de Chicão Xukuru)

Um dos momentos mais marcantes da minha militância nos direitos humanos foi quando pude testemunhar um relato de Marquinhos Xukuru, filho de Chicão Xukuru, cacique assassinado em 1998 na terra do seu povo, no município de Pesqueira, agreste pernambucano.

Naquela quente tarde de Porto Alegre, no Fórum Social Mundial de 2005, as palavras de Marquinhos geraram duas sensações nas mais de duzentas pessoas que o ouviam.

Um nó na garganta, por estarem diante de uma pessoa marcada para morrer.

Ao mesmo tempo, uma serenidade acalentadora, geradora de confiança renovadora da disposição, graças à energia contagiante que aquele jovem cacique expressava na fala, no olhar e nos gestos.

Marcos Xukuru terminou seu depoimento em lágrimas, provavelmente sentindo a ausência – ou a indignação – que a morte de seu pai lhe causou.

O momento de intimidade partilhada durou pouco. Mal largava o microfone e era cercado por
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 87/ 2014

Brasília, 20 de maio de 2014.

uma dezena de irmãos em armas e repórteres, alguns estrangeiros, sequiosos por ouvi-lo por mais tempo.

Eu entre eles.

Neste momento em que se investiga a denúncia de (mais) um ato de barbárie cometido contra os índios, cabe lembrar – ou conhecer, para a maioria – esse nome.

Falar da luta indígena no Brasil sem mencionar Chicão Xukuru é como ler um livro com suas páginas centrais rasgadas.

Apesar disso, e assim como a própria luta indígena, Chicão é um nome amplamente desconhecido pela sociedade em geral, inclusive em Pernambuco, cenário principal da vida deste grande guerreiro do povo brasileiro.

Chicão foi assassinado a 20 de maio de 1998, com seis tiros de pistola 360mm, na frente da casa da sua irmã. Mais uma das milhares de vítimas dos ruralistas fizeram ao longo dos cinco séculos desse País.

O corpo do cacique nos deixou, mas não falta quem reverencie a sua memória e nela se inspire para continuar a luta.

O grupo Mundo Livre S/A, pioneiro do manguebit popularizado por Chico Science & Nação Zumbi, gravou uma música, em tom de manifesto, para homenagear Chicão.

O videoclipe da música traz imagens imortais dele e da luta do seu povo. Marquinhos e outros familiares de Chicão também estão registrados no vídeo.

O outro mundo de Xicão Xukuru

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=4j_u0VjP_A

Vale visitar o site do Espaço Cultural do Povo Xukurú de Ororubá, que mantém acesa a chama do cacique Chicão: <http://www.xukuru.de>



Esperança para o Ensino indígena

SÍTIO CM CONSULTORIA, 20.05.2014

Uma nuvem encobriu o Sol na Fazenda Experimental da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e, rapidamente, todas as mulheres da classe, composta principalmente de homens, saíram da sala em direção aos dormitórios. A chuva chegava e as roupas estavam no varal.

O local, a 40 quilômetros de Manaus, foi adaptado para receber o primeiro curso de Licenciatura em Formação de Professores Indígenas da universidade. Durante 90 dias por ano, 60 professores indígenas abandonam suas tribos e viajam, por até quatro dias, para a capital para garantir o acesso ao Ensino Superior. Durante esse período, é na "Fazendinha" que encontram um lar e a oportunidade de uma vivência acadêmica "completa", como dizem.

A formatação do curso, modulado e adaptado, é resultado de quase dez anos de estudos, experiências, assembleias e discussões políticas que ajudaram a subsidiar as novas Diretrizes para Formação de Professores para a Educação Indígena, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) no início de abril. O movimento que está prestes a surgir é visto pelos indígenas como a primeira chance real de mudança nas relações sociais com a sociedade não indígena, em que o conhecimento surge como agente crucial para o desenvolvimento econômico e cultural.

A Ufam possui atualmente dois cursos de Licenciatura Indígena nesses moldes, um voltado às grandes áreas do conhecimento, que recebeu este ano a primeira turma de estudantes em sistema de internato, na fazenda experimental, e outro, no município de São Gabriel da Cachoeira, focado em Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável.

O duro caminho da educação

Um dos maiores problemas enfrentados pelos povos indígenas é a falta de acesso aos instrumentos públicos. Poucas aldeias possuem escolas e em quase nenhuma chega até o nível médio. Para garantir a continuidade da educação, é preciso deixar as aldeias, para onde apenas uma minoria retorna.

"O governo federal foi empurrando com a barriga a competência da educação indígena para os estados, que por sua vez empurraram para os municípios. Os municípios não têm recurso, então a educação indígena é uma meia-sola, uma enganação. Com isso, vários jovens saem das aldeias para estudar e muitos se perdem no caminho", avalia o antropólogo e cientista político Ademir Ramos.

De acordo com dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 896.917 indígenas no Brasil. Segundo o Censo Escolar de 2013, 3.050 escolas indígenas no País atendem a 236.860 alunos da Educação Básica. Apenas 9.756 estudantes declarados indígenas cursavam o Ensino Superior, em 2011.

CONT.



Mario dos Santos Cruz, da etnia cambeba, é um dos alunos que cursam a Licenciatura Indígena da Ufam. Professor há seis anos, chegou a estudar na Universidade Estadual do Amazonas (UEA), mas não seguiu adiante. "Não consegui superar as dificuldades geográficas, financeiras e todos os aspectos envolvidos em sair da aldeia", disse.

O jovem de 25 anos é um dos poucos professores bilíngues da região do Médio Solimões, no Amazonas, com fluência da língua cambeba. Para estudar na Fazendinha, Mario tem de se licenciar de suas aulas e de um projeto de vida. "Tem 200 pessoas na comunidade e com o trabalho que estamos fazendo na escola, são 70 alunos conhecedores da língua. As crianças são o primeiro alvo do bilinguismo, para que a língua retorne por meio delas."

Cursar a Licenciatura também não tem sido fácil para o casal de professores da etnia cocama, Ronaldo Ferreira e Maria Nicean, que ocupam um dormitório coletivo na Fazendinha com a filha de 2 anos. "A gente quer a melhora para o povo da gente, o reconhecimento. Então temos de fazer esse esforço, para ter um representante indígena, com conhecimento de mais alto nível", justifica Maria.

De acordo com a coordenadora do curso, professora Elciclei Faria, a licenciatura em Nível Superior foi uma demanda urgente, levantada pelos indígenas, para suprir a imensa demanda por professores capacitados nas aldeias. Só no Amazonas, estima-se que sejam necessários pelo menos 2 mil professores indígenas para atender a todas as comunidades, calcula Elciclei. No modelo da Fazendinha, os indígenas são levados para o ambiente acadêmico, onde participam de aulas e seminários em período integral. Durante os cinco anos do curso, são abordados temas gerais das grandes áreas do conhecimento, com turmas de Letras e Artes, Ciências Humanas e Sociais e Ciências Exatas e Biológicas, além de matérias especiais, formatadas de acordo com a necessidade das etnias, como Saúde e Qualidade de Vida e Gestão Territorial.

"Para eles é muito difícil sair das aldeias e cursar uma Licenciatura de quatro anos, onde ele vai ser formado em uma disciplina apenas. Com esses cursos você facilita o acesso, pois eles estudam em sistema modular. Além disso, a vantagem de ficar aqui é que eles estão mais próximos da universidade, para ir à biblioteca, fazer visitas, intercâmbio com outros alunos e pesquisadores, e isso abre muitas possibilidades. Antes, eles ficavam isolados", explica a coordenadora.

Convivem na Fazendinha atualmente indígenas das etnias ticuna, cambeba, canamari, miranha, mura, maioruna, aripuanã e cocama, vindos de seis municípios do Território Etnoeducacional do Médio Solimões.

Os dormitórios, que antes possuíam beliches, tiveram de receber ganchos para redes, em respeito à maneira tradicional de dormir dos indígenas, e a alimentação é diferenciada para evitar problemas de saúde. "Tem de ter muito peixe e farinha grossa. A comida também não pode ser muito temperada, pois eles não estão acostumados", explica o diretor da Fazendinha, Leandro Amorim Damasceno.

A única demanda ainda não atendida foi a construção de um campo de futebol. "Eles gostam

CONT.



de jogar uma bolinha nos intervalos”, diz Elciclei.

Diretrizes para a educação superior indígena

O diretor de políticas afirmativas da Ufam, Gersen Baniwa, participou das discussões que nortearam a elaboração das diretrizes na década de 1990. Também organizou a primeira Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, em Luziânia, Goiás. A formação de professores indígenas foi um dos focos do evento, ocorrido em 2009. Em 2 de abril de 2014, o documento que estabelece as regras para Licenciatura Indígena foi aprovado pelo CNE. “Boa parte dessas diretrizes já estava sendo aplicada de forma fragmentada, cada instituição adotava metodologias próprias. Com essa normatização, as orientações serão uniformizadas, o que faz com que tenham maior força institucional”, explicou Baniwa.

O documento ainda aguarda homologação. Baniwa, porém, espera que o resultado de quase duas décadas de experiências seja anunciado em breve. Segundo ele, mais de 50 mil indígenas participaram diretamente da elaboração do documento nas conferências nacionais e regionais, que também aconteciam em escolas indígenas por todo o País.

Uma das exigências é o desenvolvimento de metodologias de pesquisa. Outra característica desse documento é a inclusão de um tratamento holístico articulado às grandes discussões indígenas.

“Educadores e alunos indígenas precisam ter um mínimo de discussão sobre território indígena. É muito difícil que as crianças tenham esse ensino, então é preciso contribuir para que as comunidades entendam as questões territoriais, assim como as questões de meio ambiente e de segurança alimentar”, observa.

A ideia é uniformizar as diferentes metodologias e a grade curricular e estabelecer parâmetros básicos mínimos para garantir qualidade ao processo de formação. “Alguns cursos privilegiavam os conhecimentos tradicionais, em detrimento dos conhecimentos universais e científicos. Outros faziam o contrário, privilegiavam os conhecimentos acadêmicos em detrimento dos conhecimentos indígenas”, relata o professor.

Empoderamento cultural

Mariano Fernandes foi professor da Educação Básica por nove anos, na década de 1980, antes de se tornar líder comunitário. Não teve, porém, a chance de realizar um curso superior, abandonando os estudos no 2º ano do Ensino Médio. “Formei família e tive de trabalhar”, afirma.

Hoje ele é responsável pela supervisão dos alunos e pela manutenção da ordem no dormitório da Fazendinha. É um dos ouvintes mais interessados. Para ele, o curso traz um mundo de novas possibilidades aos povos indígenas.

“Muito da política indigenista está focado no assistencialismo. Eles chegam lá e dão um motor de luz, uma antena parabólica, e o povo fica contente. Mas nós queremos ter conhecimento

CONT.



para garantir a nossa existência. Os livros que a gente lê até hoje são os outros que escreveram, queremos contar a nossa própria história”, desabafa.

O desejo de conhecer e ensinar a história de seu povo foi o que motivou Ronaldo Ferreira a iniciar o magistério. Em uma comunidade onde não existe mais nenhum falante da língua cocama, seu primeiro contato com o idioma de sua etnia foi por meio de um curso realizado por um linguista canadense. O acesso ao Ensino Superior é encarado pelo estudante como uma chance de garantir os direitos de seu povo e de se tornar protagonista de sua realidade.

“É um salto, não ficar somente como na época da colonização, esperando ser colonizado e iludido. No caso da demarcação de terras, por exemplo, entendendo o processo, sabemos que isso depende muito do poder político do nosso país e que não olham para a gente, porque isso não dá retorno financeiro para eles. Mas sem o apoio e a assinatura deles, desses políticos, é impossível para a gente viver. Com conhecimento, isso pode mudar, pois teremos mais amparo para unir forças e correr atrás dos nossos direitos.”

Para o antropólogo Ademir Ramos, a identidade cultural dos indígenas foi suplantada por muitos anos graças à política integralista aplicada durante a ditadura, em que a intenção era desprover o indígena de seu livre-arbítrio e “civilizá-lo” para a vida em sociedade. “Até a década de 60 havia uma linha humanista, que respeitava a cultura e as crenças dos indígenas. Mas a partir do golpe de 64, o governo militar estabeleceu um processo de reduzir o índio à condição de nacional. Para isso, fortaleceram relações com instituições missionárias perversas, que cuidavam da educação indígena”, afirma.

De acordo com Ramos, a política indigenista do Brasil ainda precisa se desenvolver muito, haja vista que a lei que rege as relações indígenas ainda data da época da ditadura. O Estatuto das Sociedades Indígenas está há 20 anos no Congresso, a convite dos interesses ruralistas. Apesar disso, a retomada das discussões a respeito do assunto é um bom sinal. “A escola tem de ser repensada, para que serve? Para integrar ou para gerar autonomia e valorização da cultura, empoderando suas lideranças para levantar suas lutas?”

Publicado na edição 58, de maio de 2014

Fonte: Carta Fundamental - SP



MPF/MT denuncia 27 por desmatamento em terra indígena e cobra R\$ 42 mi para reflorestamento

SÍTIO ECODEBATE, 20.05.2014

Custo de R\$ 42 milhões para o reflorestamento dos 10 mil hectares da área está sendo cobrado dos donos das fazendas constituídas ilegalmente dentro da Terra Indígena Marãiwatsédé

Vinte e sete pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público Federal no Mato Grosso (MPF/MT) por invadir a Terra Indígena Marãiwatsédé, desmatar a área e impedir a recuperação natural de 10 mil hectares de vegetação nativa. Os denunciados são responsáveis por fazendas constituídas dentro da área demarcada e homologada, desde 1998, como território de ocupação tradicional da etnia Xavante, na região noroeste de Mato Grosso.

As 27 fazendas exploravam a atividade econômica da agropecuária, fruto da ocupação ilegal do território indígena Marãiwatsédé. Todas as áreas cujos "proprietários" estão sendo denunciados foram fiscalizadas pelo Ibama, multadas por desmatamento e muitas delas chegaram a ser embargadas por crime ambiental.

Depois de ocupado ilegalmente, o território indígena foi quase totalmente desmatado para o desenvolvimento da agropecuária. As perícias ambientais realizada pela Polícia Federal, por meio da análise e comparação de imagens de satélite, com auxílio de softwares e ferramentas de geoprocessamento, detectaram que a área foi desflorestada e utilizada continuamente para a agropecuária.

As fazendas, nas quais houve desmatamento, exploravam economicamente até 1.600 hectares. Seis propriedades têm até 100 hectares; 15 têm entre 100 e 500 hectares; três tem tamanhos entre 500 a 1000 hectares e três fazendas têm mais de 1.000 hectares.

Reflorestamento - Além de pedir a condenação dos responsáveis pelos crimes de invasão de terra pública, desmatamento e exploração econômica de área de floresta nativa, e por impedirem a recomposição da vegetação, o MPF pede na ação a condenação ao pagamento do custo para reflorestar os 10.402 mil hectares desmatados no interior da Terra Indígena Maraiwatsédé.

De acordo com os laudos de perícia ambiental feita pela Polícia Federal, o valor necessário para recuperar a área equivalente à extensão desmatada pelas 27 fazendas é de 42.356.578,90 (quarenta e dois milhões, trezentos e cinquenta e seis mil reais, quinhentos e setenta e oito reais e noventa centavos). Ainda de acordo com a perícia ambiental, o custo é uma estimativa para que a restauração da vegetação seja feita o mais próximo possível da condição original.

As 27 ações criminais são assinadas pelos procuradores da República Lucas Aguilar Sette e Wilson Rocha Assis e tramitam na Justiça Federal em Barra do Garças, Mato Grosso.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 87/ 2014

Brasília, 20 de maio de 2014.

Veja a relação dos denunciados.

O que diz a legislação

Lei nº 9.605/1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Art. 48. Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação:
Pena – detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Art. 50 A. Desmatar, explorar economicamente ou degradar floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente:
Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa.

Lei nº 4.947/1966 - Fixa normas de Direito Agrário, dispõe sobre o sistema de organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras providências.

Art. 20 – Invadir, com intenção de ocupá-las, terras da União, dos Estados e dos Municípios:
Pena: Detenção de 6 meses a 3 anos.

Fonte: Ministério Público Federal no Mato Grosso



Indígenas e agricultores não chegam a acordo sobre transferência para Bandeirante
SÍTIO NOVA FM 103, 20.05.2014

Lideranças da Comunidade Indígena Guarani do Araça'í entregaram ao Ministério Público Federal (MPF) documento no qual formalizam a decisão de não aceitarem a mudança para área no município de Bandeirante, em virtude das condições impostas pelos agricultores e da falta de ações concretas que viabilizassem a transferência.

Atualmente, enquanto aguardam a conclusão do processo de demarcação da terra indígena localizada entre os municípios de Cunha Porã e Saudades, os Guarani estão alocados em cerca de oito hectares da aldeia Kaingang Toldo Chimbanguê, em Chapecó.

A transferência para Bandeirante seria uma solução paliativa para o conflito entre os indígenas e os agricultores. A área em Bandeirante, a ser adquirida pelo Governo de Santa Catarina, seria um local para permanência provisória dos Guarani, que enfrentam dificuldades de acesso a serviços públicos essenciais e falta de área para plantar. Além disso, por estarem acampados em terras de outra etnia, não têm condições adequadas para preservar seus costumes e tradições.

O MPF participou de duas reuniões com o Ministério da Justiça, o Governo do Estado, a Funai, os agricultores e os Guarani - uma em dezembro de 2013 e outra em março deste ano - para tentar encaminhar um acordo entre os indígenas, os agricultores e os entes públicos envolvidos e viabilizar a transferência temporária para Bandeirante, enquanto se aguarda o julgamento definitivo do caso pelo Poder Judiciário. Contudo, sem adoção de medidas concretas para a aquisição da área e garantia de condições mínimas para a mudança, a indefinição permaneceu.

Neste mês, uma terceira reunião foi promovida pelo MPF em Chapecó, com presença de agricultores, representantes da Funai e indígenas. Mas, devido à intransigência dos agricultores em não concordarem com a realização dos serviços de medição da terra indígena, que não implicam a retirada dos agricultores da área, novamente não se chegou a um acordo.

O MPF teme o agravamento da situação, pois a aldeia onde os Guarani estão acampados é insuficiente para a convivência dos dois povos e os Guarani estão na iminência de serem obrigados a se retirar do local.

Diante deste quadro, foram encaminhados ofícios ao Governo do Estado, à Funai e ao Ministério da Justiça, informando o insucesso das tratativas para uma solução consensual - mesmo que provisória - para o caso e a preocupação do MPF com o risco de agravamento do impasse na região, que decorre da lentidão do processo de demarcação conduzido pela FUNAI, que se arrasta há vários anos sem conclusão, e da evidente falta de vontade política do Estado brasileiro em efetivar uma solução para os conflitos envolvendo terras indígenas em nosso país.

Fonte: MPF



Teia da Diversidade começa com 5º Fórum Nacional dos Pontos de Cultura

SÍTIO SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE, 20.05.2014

Evento, que acontece em Natal (RN) conta com a parceria da Secretaria Nacional de Juventude.

Teve início na manhã desta segunda-feira (19), em Natal (RN), as atividades do 5º Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, agenda integrante das ações da TEIA Nacional da Diversidade 2014. A cerimônia foi aberta por cânticos rituais e danças dos Povos de Terreiro e dos Povos Indígenas, que pela primeira vez participam de um encontro nacional dos Pontos de Cultura.

Os primeiros momentos da solenidade foram marcados pela alegria e pelo colorido de suas expressões culturais. "Nesta segunda-feira, dia de Exu, peço a benção do Orixá para que abra as porteiras e deixe a cultura dos Povos de Terreiro passar", saudou os presentes e deu início às atividades a mestre de cerimônias e mãe de santo, Beth de Oxum, do Terreiro da Umbigada (PE).

Logo em seguida a palavra foi passada aos integrantes da Mesa Oficial de Abertura do Fórum, presidida pela secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, Márcia Rollemberg. Bastante emocionada, cumprimentou a todos e agradeceu o empenho dos servidores da SCDC/MinC e dos parceiros que ajudaram a preparar a TEIA Nacional da Diversidade.

Disse que os principais desafios do Programa Cultura Viva para o futuro são a institucionalização da chancela dos Pontos de Cultura e a promoção da visibilidade das ações do programa realizadas nos últimos dez anos. Elencou o fortalecimento do apoio às expressões culturais dos povos tradicionais do país, à atuação dos mestres e mestras da cultura popular, as iniciativas nas áreas da acessibilidade cultural e do livro e leitura como sendo as prioridades das políticas públicas voltadas para o segmento da diversidade, nos próximos anos.

A Mesa de Abertura do 5º Fórum Nacional dos Pontos de Cultura foi composta pela representante da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNdPC), Maria Fulgência Bonfim, por João Prestes, da Rede dos Pontos de Cultura de Goiás, por Catarina Lavoré e João Pontes, da Comissão Nacional de Gestores do Programa Cultura Viva, por Fernando Pankararu, do Fórum de Culturas Indígenas e por Kretã Kaigangue, do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC).

Maria Fulgência deu as boas-vindas aos presentes, em nome da CNdPC, e convocou o público a se integrar aos cortejos da TEIA Nacional da Diversidade, que nesta edição, vão ter como temas o combate ao racismo, a homofobia e a luta pelo respeito aos direitos dos povos tradicionais aos seus territórios. João Pontes destacou a importância de se conquistar a adesão dos estados e municípios nas políticas de base comunitária do PCV.

CONT.



João Prestes disse estar muito animado com a presença de mais de 160 gestores do Fórum Cultura Viva e pelo fato de que pela primeira vez um encontro nacional dos Pontos de Cultura realizava uma reunião tripartite do Sistema Nacional de Cultura, com a participação de gestores culturais dos municípios, estados e da Federação.

Kretã Kaigangue destacou as ameaças que ainda pairam sobre a diversidade cultural no Brasil, lembrando que os Povos Indígenas têm encontrado resistência ao reconhecimento de seus territórios tradicionais, tanto no Congresso Nacional, como no poder Judiciário. Disse que em consequência destas dificuldades, muitos indígenas vivem marginalizados, morando em acampamentos na beira das estradas.

O representante do Fórum de Culturas Indígenas, Fernando Pankararu, lembrou as dificuldades que os Povos Indígenas têm em receber assistência de saúde em suas aldeias e finalizou sua fala entoando uma cantiga de saudação aos antepassados do Povo Pankararu, o Toãh. Catarina Lavoré, da Comissão Nacional de Gestores do PCV, destacou o trabalho conjunto da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e da equipe da SCDC/MinC na realização da TEIA Nacional da Diversidade.

Carta de Natal - "Os direitos culturais são uma pauta muito recente no país. Temos que construir políticas públicas e avançar neste sentido", disse a secretária Márcia Rollemberg ao apresentar a proposta da elaboração da Carta de Natal, documento a ser ratificado pelo 5º Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, que estabelece um marco de convergência das reivindicações dos integrantes do Programa Cultura Viva.

A carta registra a intenção de transformar o Programa Cultura Viva como a política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura (SNC), possibilitando o amplo exercício dos direitos culturais pelo conjunto da população brasileira e explorando a potencialidade da cultura como eixo transversal de desenvolvimento social e econômico sustentável.

O documento reconhece o papel do programa na promoção da produção, da pesquisa, do registro e da difusão das expressões culturais do país, tendo como base a parceria da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal com a sociedade civil e foi concebido com o objetivo de potencializar as iniciativas culturais da população brasileira.

(Texto: Patricia Saldanha, SCDC/MinC)



MPF pede que reserva indígena seja demarcada sem retirada de agricultores
SÍTIO CONSULTOR JURÍDICO, 20.05.2014

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região não precisa determinar a retirada imediata dos agricultores que têm a posse de terras reivindicadas pelos índios caingangues, no norte gaúcho, para autorizar medidas de caráter liminar que agilizem os processos de demarcação. A sugestão é da Procuradoria Regional da República da 4ª Região (PRR-4).

A opinião está em dois pareceres enviados nos dias 12 e 14 de maio aos desembargadores Luís Alberto D'Azevedo e Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, relatores das Ações Cíveis Públicas que reivindicam as demarcações. Os documentos subsidiam o Agravo de Instrumento manejado contra as decisões de primeira instância que negaram a liminar solicitada pelo Ministério Público Federal.

Ambos os processos reivindicam a imediata demarcação das reservas de Passo Grande do Rio Forquilha, nos municípios de Cacique Doble e Sananduva; e Votouro-Kandoia, que se estende pelos municípios de Faxinalzinho e Benjamin Constant do Sul.

O juízo de primeira instância recomendou cautela e parcimônia, para evitar atropelo de fases procedimentais, além de solução que atenda, pelo menos em parte, a todos os envolvidos. A decisão também considerou que o deferimento das liminares provocaria eclosão de grave conflito social.

Para a procuradora regional da República Maria Hilda Marsiaj Pinto, que subscreve os dois pareceres, a retirada imediata dos atuais possuidores de terras somente potencializaria as animosidades. Ela ressalta, no entanto, que em nenhum dos casos este foi o pedido do MPF. Com informações da Assessoria de Imprensa da PRR-4.



PM prende homem que vendia bebida alcoólica para indígenas em Nova Laranjeiras
SÍTIO NOTÍCIAS POLICIAIS, 20.05.2014

Um homem foi preso na tarde desta segunda-feira (19/05), na Aldeia Indígena Rio das Cobras em Nova Laranjeiras, acusado de estar vendendo bebida alcoólica para os indígenas.

A pessoa de Everton Paulo Martini, 33 anos, estava com uma caminhonete com placas de Guaraniaçu/PR vendendo frutas e verduras, mas aproveitava para oferecer bebida alcoólica para os indígenas.

O vendedor só foi denunciado porque ofereceu frutas e verduras para a filha do vice-cacique Geraldo e quando ela perguntou o que ele estava vendendo, o mesmo respondeu que além de verduras e frutas ele também tinha bebida alcoólica.

Ela então chamou seu pai e sua mãe, a Assistente Social Ilda Cornélio, os quais seguraram o vendedor e chamaram o Soldado Bueno que estava próximo ao local, o qual solicitou o apoio de mais policiais e viatura e conduziram o vendedor até a 2ª Cia da PM e Laranjeiras do Sul. Na caminhonete os policiais localizaram várias caixas de cerveja e alguns litros de bebida destilada, além de uma certa quantia em dinheiro que o mesmo já havia arrecadado com as vendas.

Everton foi encaminhado à 2ª SDP juntamente com as bebidas. Ilda acompanhou sua filha até à delegacia para formalizar a denúncia.



Indígenas prometem parar BR 470.

SÍTIO TV IMAGEM NET, 20.05.2014

Uma reunião de ânimos acalorados tentou por fim aos protestos de indígenas da Terra Laklãnõ que está situada nas cidades de José Boiteux e Vitor Meireles. No entanto, sem uma solução imediata para as reivindicações que vão desde reformas, segurança, melhoria das estradas até merenda, os pais dos estudantes da Escola de Educação Básica Laklãnõ decidiram manter seus filhos em casa e cogitaram inclusive parar a BR-470.

O encontro, para tentar resolver os conflitos, que durou quase quatro horas e aconteceu na própria escola, contou com a participação de aproximadamente 100 pais de alunos, representantes da 14ª SDR entre eles o secretário regional Roberto Ferrari, representantes dos caciques, Ministério Público Federal, Secretaria Especial dos Povos Indígenas (Sepin), Funai, prefeito de José Boiteux e outras entidades, mas não acalmou os indígenas que na semana passada chegaram a trancar a estrada de acesso a reserva, na Barragem Norte.

Segundo o diretor da escola, Aristides Fautisno Cricri Neto, ele tentou evitar que a situação chegasse nesse ponto, mas como os próprios alunos estavam sendo prejudicados, os pais encabeçaram a manifestação. "A estrutura física está péssima, o ginásio de esportes não pode ser utilizado, falta merenda. Até material escolar como caneta e lápis as crianças não tem acesso", contou.

Após muito bate boca, cobranças e até insultos, os pais se negaram a mandar os quase 400 estudantes novamente para a escola, enquanto providências concretas não forem tomadas. Um deles afirmou inclusive que prefere ser preso por não deixar o filho estudar do que ter que buscá-lo num caixão caso uma tragédia aconteça.

O presidente da Sepin, que é um indígena da terra Laklãnõ, Livai Patté, afirmou que este não é apenas o final e sim o começo das manifestações.



Posição da Hutukara Associação Yanomami (HAY) sobre a Mineração em Terras Indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.05.2014

Vocês, brancos, dizem que nós, Yanomami, não queremos o desenvolvimento. Falam isso porque não queremos a mineração em nossas terras, mas vocês não estão entendendo o que estamos dizendo. Nós não somos contra o desenvolvimento: nós somos contra apenas o desenvolvimento que vocês, brancos, querem empurrar para cima de nós. O desenvolvimento que vocês falam em nos dar não é o mesmo que conhecemos: vocês falam em devastar a nossa terra-floresta para nos dar dinheiro, falam que somos carentes, mas esse não é o desenvolvimento que nós conhecemos. Para nós desenvolvimento é ter nossa terra com saúde, permitindo que nossos filhos vivam de forma saudável num lugar cheio de vida.

Nós Yanomami entendemos muito bem sobre esse assunto e ficamos apenas preocupados com aqueles que dizem representar todo nosso povo e pedem por mineração. São pessoas que ficam pensando como as mineradoras funcionam, pensam que elas não devastam a floresta, mas não entendem o que realmente vai ocorrer. A mineração não é como o garimpo, não são pessoas que entram na floresta e degradam apenas algumas regiões. A mineração precisa de estradas para transportar os minérios, precisa de grandes áreas para guardar a produção, precisa de locais para alojar os funcionários, fará grandes buracos na terra que não deixarão a nossa floresta voltar a se recuperar.

Entendemos como as mineradoras atuam, nãoensem que confundimos seu trabalho com o dos garimpos. Conhecemos muito bem a diferença, morremos muito na época do garimpo ilegal em nossa terra, sabemos as diferenças. Sabemos que as mineradoras vão precisar de energia para funcionar. De onde virá essa energia para fazer as máquinas funcionarem? Como vocês transportarão os minérios? Quando os minérios mais valiosos terminarem e as mineradoras forem embora, o que acontecerá com os trabalhadores que foram até a terra indígena? Quando transformarem e produzirem minério, quais são os resíduos que podem contaminar nossa terra por muito tempo?

Vocês falam que somos pobres e que nossa vida vai melhorar. Mas o que vocês conhecem da nossa vida para falar o que vai melhorar? Só porque somos diferentes de vocês, que vivemos de forma diferente, que damos valor para coisas diferentes, isso não quer dizer que somos pobres. Nós Yanomami temos outras riquezas deixadas pelos nossos antigos que vocês, brancos, não conseguem enxergar: a terra que nos dá vida, a água limpa que tomamos, nossas crianças satisfeitas.

Vocês brancos pensam que nós somos pássaros, ou somos cotias, para nos darem apenas o direito a comer os frutos que nascem em nossas terras? Não pensamos as coisas de forma dividida, pensamos na nossa terra-floresta como um todo. Se vocês destruírem o que está abaixo do solo, tudo que está acima também sofrerá.

CONT.



Não estamos preocupados apenas com o que vai acontecer com os povos indígenas. Vocês pensam que os brancos não serão afetados? Vocês não aprendem com o que está acontecendo no mundo? Está ficando mais quente, em outros lugares o clima está mudando, os grandes rios estão morrendo, os animais também estão morrendo e todos estão sofrendo. Vocês ainda não aprenderam que esse tipo de desenvolvimento pode matar todos nós?

Não somos apenas nós, povos indígenas, que vivemos na nossa terra. Vocês querem perguntar a todos os moradores da floresta o que eles acham sobre a mineração? Então perguntem aos animais, às plantas, ao trovão, ao vento, aos espíritos xapiri, pois todos eles vivem na floresta. A floresta também pode se vingar de nós, quando ela é ferida.

Sabemos que as leis do Brasil dizem que o subsolo da terra pode ser explorado. Mas queremos garantir nosso direito de escolher o que é melhor para nós, como as próprias leis brasileiras garantem. Não pensamos que todos os povos indígenas são contra a mineração: alguns não querem, outros querem. Mas queremos que seja discutido primeiro o Estatuto das Sociedades Indígenas, porque as palavras do nosso Estatuto já estão muito velhas. Queremos isso para garantir nosso direito de escolher.

Nós sabemos que existem muitos interesses, mais fortes do que políticos, para fazer a mineração em nossa terra. São interesses de quem tem muito dinheiro, de quem quer ganhar muito mais dinheiro. Nós sabemos que não querem nos ajudar, eles dizem apenas que querem nos ajudar, que farão escola, darão assistência à saúde, darão luz, mas sabemos que por trás dessas palavras falsas está o desejo de fazerem crescer seu dinheiro. Eles podem enganar outras pessoas, mas não nos enganam.

Nós Yanomami não queremos mineração, não queremos que ela seja feita em nossa terra. Nós já nos manifestamos contrários à Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), que o governo criou, mas resolveu ignorar criando, depois, a Comissão Especial para discutir a lei de mineração em terras indígenas. Se vocês brancos mostrarem um lugar onde os povos indígenas vivem realmente bem com a mineração, um lugar onde vivem com saúde, respeitando suas culturas, onde os brancos os ajudem de forma correta e não os enganem ao darem dinheiro, onde não passem fome e onde não passem sede, se virmos esse lugar, do mesmo tamanho que nossa terra-floresta, podemos voltar a discutir esse assunto.

Vocês estão realmente escutando nossas palavras? Vocês, brancos, realmente escutaram nossos palavras, as palavras do povo da floresta?

Davi Kopenawa Yanomami

Presidente da Hutukara Associação Yanomami (HAY)



MPF pede pagamento de R\$ 42 mi para reflorestar território indígena

SÍTIO JORNAL JURID, 20.05.2014

Valor equivale ao custo para restauração de 10,4 mil hectares desmatados

O MPF Ministério Público Federal (MPF) denunciou 27 pessoas pelo desmatamento do território indígena Marãiwatsédé, em Mato Grosso e pede R\$ 42 milhões para restaurar área. Conforme o MPF, o valor equivale ao custo para reflorestamento dos 10.402 hectares desmatados no interior da terra indígena, para restaurar a vegetação até aproximá-la à condição original. O valor foi definido após o laudo de perícia ambiental feita pela Polícia Federal.

A denúncia pede o pagamento de multa, além da condenação dos responsáveis pelos crimes de invasão de terra pública, desmatamento e exploração econômica de área de floresta nativa.

Os mais de 10 mil hectares foram explorados economicamente em atividade agropecuária. As 27 ações criminais são assinadas pelos procuradores da República Lucas Aguilar Sette e Wilson Rocha Assis e tramitam na Justiça Federal em Barra do Garças, Mato Grosso.

Marãiwatsédé possui 165 mil hectares e fica na região norte do estado, distante cerca de mil quilômetros da capital, Cuiabá. A área chegou a ficar conhecida como Gleba Suiá Missú, uma alusão à antiga fazenda criada com a ajuda dos próprios índios que viviam na região e, tempos depois, foram expulsos. O Estado brasileiro reconheceu e homologou a área como território tradicional indígena em 1998, mas só em janeiro de 2013 a União conseguiu concluir a retirada dos não índios.

A ação de desintrusão durou dois meses, envolveu homens do Exército, da PF, da Polícia Rodoviária Federal, servidores da Funai e de outros órgãos e chegou a ser classificada pelos ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Secretaria-Geral da República, Gilberto Carvalho, como uma "verdadeira operação de guerra".



Líder indígena baleado no MS está sob proteção federal desde 2013

SÍTIO BOL, 20.05.2014

Alex Rodrigues
Agência Brasil

Baleado na madrugada desta segunda-feira (19) em Miranda (MS), o líder indígena Paulino Silva Terena é uma das 342 pessoas incluídas no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Líder do movimento que há mais de um século reivindica a demarcação da terra indígena Pillad Rebuá, Paulino foi incluído no programa federal em fevereiro de 2013, devido às ameaças de morte que relatou estar sofrendo. O atentado de segunda-feira foi o segundo nos últimos cinco meses.

Em dezembro de 2013, dez meses após ser inserido no programa de proteção, Paulino sofreu o primeiro atentado. Na madrugada de 6 de dezembro, o líder indígena avistou uma caminhonete próxima ao acampamento indígena Moreira, em Miranda, a 200 quilômetros da capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Ao se aproximar do veículo, sem escolta ou segurança, Paulino foi surpreendido por homens encapuzados que deixaram a caminhonete e atearam fogo em seu carro.

O terena sofreu queimaduras, mas conseguiu escapar. Um boletim de ocorrência foi registrado pela Polícia Civil de Miranda, mas, segundo o delegado Luis Alberto Ojeda, a apuração está com a Polícia Federal. De acordo com Edno Terena, outra liderança da mesma comunidade indígena, passados cinco meses, o atentado não foi esclarecido: "há suspeitos, mas ninguém está respondendo por isso".

O primeiro atentado ocorreu pouco tempo após Paulino ter passado 90 dias em Brasília, enquanto a polícia investigava a origem das ameaças de morte que o levaram a ser incluído no programa de proteção federal. Segundo a diretora do Departamento de Defesa dos Direitos Humanos, Luciana Silva Garcia, Paulino só retornou ao acampamento terena depois que a polícia e o Ministério Público Federal concluíram que o líder indígena podia voltar, e que não precisaria de escolta ou segurança.

Criança da tribo avá-guarani acende um cachimbo cerimonial que, segundo a crença dos índios, afasta os maus espíritos, durante um ritual de preparação para retornar a localidade que eles chamam de "tekoha yvoh"y", em Guaira, Paraná. A tribo vive em constante conflito com agricultores pela posse da terra Lunae Parracho/Reuters

Luciana afirmou à Agência Brasil que o segundo atentado contra a vida de Paulino não significa que o programa tenha falhado. "O programa não falhou, pois, quando ele voltou ao Estado, tudo indicava que poderia haver o retorno sem sobressaltos. Não havia como prever que isso

CONT.



[um segundo atentado] aconteceria. Caso contrário, ou ele não voltaria, ou voltaria em outras circunstâncias", disse Luciana, explicando que há pessoas inseridas no programa que ficam sob proteção policial.

Assim que soube que Paulino foi baleado, a Secretaria de Direitos Humanos entrou em contato com as lideranças do acampamento Moreira para tratar de sua retirada do local. Atendido no Hospital Regional de Miranda, Paulino retornou para sua casa. De acordo com Luciana, ele será transferido para outro local.

"Ao que tudo indica, a situação se agravou desde que seu retorno à aldeia foi aprovado. Ainda não temos detalhes do que aconteceu hoje, de maneira que não podemos tirar conclusões precipitadas, mas se ficar comprovado que os fatos de hoje têm relação com o primeiro atentado, o programa e os órgãos de segurança pública terão que tomar medidas mais drásticas", comentou Luciana nesta segunda-feira (19). Ela explicou que, ao contrário do Programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita), o Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos procura manter os protegidos em suas comunidades.

"Enquanto o Provita retira as testemunhas ou vítimas do raio de atuação do grupo ameaçador, mantendo-as em sigilo, na invisibilidade, o programa de proteção aos defensores trabalha com a perspectiva de manter as lideranças em suas comunidades. São homens e mulheres ameaçados justamente por sua atuação na promoção e defesa dos direitos de suas comunidades. Logo, não faria sentido os afastarmos do grupo, que seria prejudicado sem suas principais lideranças", explicou Luciana, garantindo que, quando necessário, os defensores dos direitos humanos sob proteção federal ou as entidades em que atuam recebem proteção policial e equipamentos como sensores de presença, câmaras de videomonitoramento, entre outras medidas.